



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

ANO LXIX Nº 0#(QU3DF3-FEIRA, \$* DE MAIO DE 2014



BRASÍLIA - DF

COMPOSIÇÃO DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL

Presidente

Senador Renan Calheiros (PMDB/AL)

1º Vice-Presidente

Arlindo Chinaglia (PT/SP)

2º Vice-Presidente

Senador Romero Jucá (PMDB/RR)

1º Secretário

Deputado Marcio Bittar (PSDB/AC)

2º Secretária

Senadora Angela Portela (PT/RR)

3º Secretário

Deputado Maurício Quintella Lessa (PR/AL)

4º Secretário

Senador João Vicente Claudino (PTB/PI)

Mesa do Senado Federal

Presidente

Renan Calheiros (PMDB/AL)

1º Vice-Presidente

Jorge Viana (PT/AC)

2º Vice-Presidente

Romero Jucá (PMDB/RR)

1º Secretário

Flexa Ribeiro (PSDB/PA)

2ª Secretária

Angela Portela (PT/RR)

3º Secretário

Ciro Nogueira (PP/PI)

4º Secretário

João Vicente Claudino (PTB/PI)

Suplentes de Secretário

1º - Magno Malta (PR/ES)

2º - Jayme Campos (DEM/MT)

3º - João Durval (PDT/BA)

4º - Casildo Maldaner (PMDB/SC)

Mesa da Câmara dos Deputados

Presidente

Henrique Eduardo Alves (PMDB/RN)

1º Vice-Presidente

Arlindo Chinaglia (PT/SP)

2º Vice-Presidente

Fábio Faria (PSD/RN)

1º Secretário

Marcio Bittar (PSDB/AC)

2º Secretário

Simão Sessim (PP/RJ)

3º Secretário

Maurício Quintella Lessa (PR/AL)

4º Secretário

Biffi (PT/MS)

Suplentes de Secretário

1º - Gonzaga Patriota (PSB/PE)

2º - Wolney Queiroz (PDT/PE)

3º - Vitor Penido (DEM/MG)

4º - Takayama (PSC/PR)

EXPEDIENTE

Antônio Helder Medeiros Rebouças

Diretor Geral do Senado Federal

Florian Augusto Coutinho Madruga

Diretor da Secretaria de Editoração e Publicações

José Farias Maranhão

Coordenador Industrial

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Rogério de Castro Pastori

Diretor da Secretaria de Registros Legislativos de

Plenários e de Elaboração de Diários

Zuleide Spinola Costa da Cunha

Diretora da Secretaria de Taquigráfia e Redação de

Debates Legislativos

ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE REGISTROS LEGISLATIVOS DE
PLENÁRIOS E DE ELABORAÇÃO DE DIÁRIOS

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 – LEGISLAÇÃO E ATOS NORMATIVOS

1.1 – EMENDA CONSTITUCIONAL

Nº 79/2014, que altera o art. 31 da Emenda Constitucional nº 19, de 4 de junho de 1998, para prever a inclusão, em quadro em extinção da Administração Federal, de servidores e policiais militares admitidos pelos Estados do Amapá e de Roraima, na fase de instalação dessas unidades federadas, e dá outras providências.....	5
---	---

1.2 – ATOS DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL

Nºs 18 a 20/2014	7
------------------------	---

2 – ATA DA 17ª SESSÃO CONJUNTA (SOLENE), EM 27 DE MAIO DE 2014

2.1 – ABERTURA.....

2.2 – FINALIDADE DA SESSÃO	8
----------------------------	---

Destinada à promulgação da Emenda Constitucional nº 79/2014, oriunda da Proposta de Emenda à Constituição nº 111/2011 (nº 11/2014, no Senado Federal), que altera o art. 31 da Emenda Constitucional nº 19, de 4 de junho de 1998, para prever a inclusão, em quadro em extinção da Administração Federal, de servidores e policiais militares admitidos pelos Estados do Amapá e de Roraima, na fase de instalação dessas unidades federadas, e dá outras providências.

8

2.2.1 – Execução do Hino Nacional Brasileiro

2.2.2 – Leitura dos autógrafos da Emenda Constitucional (Senador Romero Jucá)	8
---	---

2.2.3 – Fala da Presidência (Senador Romero Jucá).....	10
--	----

2.2.4 – Promulgação da Emenda Constitucional	11
--	----

2.2.5 – Assinatura da Emenda Constitucional	11
---	----

2.2.6 – Orador

Senadora Angela Portela (art. 203 do Regimento Interno do Senado Federal, primeiro subsidiário do Regimento Comum).....

11

2.3 – ENCERRAMENTO.....

12

3 – ATA DA 18ª SESSÃO CONJUNTA (SOLENE), EM 27 DE MAIO DE 2014

13

3.1 – ABERTURA.....	13
---------------------	----

3.2 – FINALIDADE DA SESSÃO	13
----------------------------	----

Destinada a comemorar o centenário do nascimento da Sra Maria Rita de Souza Brito Lopes Pontes, a Irmã Dulce.

13

3.2.1 – Execução do Hino Nacional Brasileiro

3.2.2 – Oradores

Senador José Sarney.....	13
--------------------------	----

Deputado Nelson Pellegrino	19
----------------------------------	----

Deputado Antonio Imbassahy	21
----------------------------------	----

Senadora Lídice da Mata.....	23
------------------------------	----

Senadora Vanessa Grazziotin.....	25
----------------------------------	----

Deputado Cláudio Cajado	26
-------------------------------	----

Sra Maria Rita Pontes, sobrinha da homenageada e Superintendente da Obras Sociais Irmã Dulce	26
--	----

3.2.3 – Fala da Presidência (Senador Walter Pinheiro)	29
---	----

3.2.4 – Oradores (continuação)

Senador Renan Calheiros (art. 203 do Regimento Interno do Senado Federal, primeiro subsidiário do Regimento Comum).....

30

Senador Eunício Oliveira (art. 203 do Regimento Interno do Senado Federal, primeiro subsidiário do Regimento Comum).....

31

3.3 – ENCERRAMENTO.....	31
-------------------------	----

CONGRESSO NACIONAL

4 – COMISSÕES MISTAS

CMO – Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (Resolução nº 1/2006)	32
--	----

CMMC – Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (Resolução nº 4/2008)	38
--	----

Comissão Mista Representativa do Congresso Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas – Fipa (Resolução nº 2/2007).....	42
CCAI – Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (Lei nº 9.883/1999).....	43
CMCVM – Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher (Resolução nº 1/2014).....	44
CMCPLP – Comissão Mista de Assuntos Relacionados à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (Resolução nº 2/2014).....	45
Comissões Mistas Especiais.....	46
Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada nos termos do Requerimento nº 2/2014-CN	50
Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada nos termos do Requerimento nº 3/2014-CN	51
5 – CONSELHOS E ÓRGÃO	
Conselho da Ordem do Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 70/1972)	52
Conselho de Comunicação Social (Lei nº 8.389/1991)	53
Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Resolução nº 1/ 2011).....	57

CONGRESSO NACIONAL

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 79

Altera o art. 31 da Emenda Constitucional nº 19, de 4 de junho de 1998, para prever a inclusão, em quadro em extinção da Administração Federal, de servidores e policiais militares admitidos pelos Estados do Amapá e de Roraima, na fase de instalação dessas unidades federadas, e dá outras providências.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O art. 31 da Emenda Constitucional nº 19, de 4 de junho de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 31. Os servidores públicos federais da administração direta e indireta, os servidores municipais e os integrantes da carreira policial militar dos ex-Territórios Federais do Amapá e de Roraima que comprovadamente encontravam-se no exercício regular de suas funções prestando serviços àqueles ex-Territórios na data em que foram transformados em Estados, os servidores e os policiais militares admitidos regularmente pelos governos dos Estados do Amapá e de Roraima no período entre a transformação e a efetiva instalação desses Estados em outubro de 1993 e, ainda, os servidores nesses Estados com vínculo funcional já reconhecido pela União integrarão, mediante opção, quadro em extinção da administração federal.

§ 1º O enquadramento referido no *caput* para os servidores ou para os policiais militares admitidos regularmente entre a transformação e a instalação dos Estados em outubro de 1993 deverá dar-se no cargo em que foram originariamente admitidos ou em cargo equivalente.

§ 2º Os integrantes da carreira policial militar a que se refere o *caput* continuarão prestando serviços aos respectivos Estados, na condição de cedidos, submetidos às disposições estatutárias a que estão sujeitas as corporações das respectivas Polícias Militares, observados as atribuições de função compatíveis com seu grau hierárquico e o direito às devidas promoções.

§ 3º Os servidores a que se refere o *caput* continuarão prestando serviços aos respectivos Estados e a seus Municípios, na condição de cedidos, até seu aproveitamento em órgão ou entidade da administração federal direta, autárquica ou fundacional." (NR)

Art. 2º Para fins do enquadramento disposto no *caput* do art. 31 da Emenda Constitucional nº 19, de 4 de junho de 1998, e no *caput* do art. 89 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, é reconhecido o vínculo funcional, com a União, dos servidores regularmente admitidos nos quadros dos Municípios integrantes dos ex-Territórios do Amapá, de Roraima e de Rondônia em efetivo exercício na data de transformação desses ex-Territórios em Estados.

Art. 3º Os servidores dos ex-Territórios do Amapá, de Roraima e de Rondônia incorporados a quadro em extinção da União serão enquadrados em cargos de atribuições equivalentes ou assemelhadas, integrantes de planos de cargos e carreiras da União, no nível de progressão alcançado, assegurados os direitos, vantagens e padrões remuneratórios a eles inerentes.

Art. 4º Cabe à União, no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, contado a partir da data de publicação desta Emenda Constitucional, regulamentar o enquadramento de servidores estabelecido no art. 31 da Emenda Constitucional nº 19, de 4 de junho de 1998, e no art. 89 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Parágrafo único. No caso de a União não regulamentar o enquadramento previsto no *caput*, o optante tem direito ao pagamento retroativo das diferenças remuneratórias desde a data do encerramento do prazo para a regulamentação referida neste artigo.

Art. 5º A opção para incorporação em quadro em extinção da União, conforme disposto no art. 31 da Emenda Constitucional nº 19, de 4 de junho de 1998, e no art. 89 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, deverá ser formalizada pelos servidores e policiais militares interessados perante a administração, no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, contado a partir da regulamentação prevista no art. 4º.

Art. 6º Os servidores admitidos regularmente que comprovadamente se encontravam no exercício de funções policiais nas Secretarias de Segurança Pública dos ex-Territórios do Amapá, de Roraima e de Rondônia na data em que foram transformados em Estados serão enquadrados no quadro da Polícia Civil dos ex-Terri-

tórios, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, assegurados os direitos, vantagens e padrões remuneratórios a eles inerentes.

Art. 7º Aos servidores admitidos regularmente pela União nas Carreiras do Grupo Tributação, Arrecadação e Fiscalização de que trata a Lei nº 6.550, de 5 de julho de 1978, cedidos aos Estados do Amapá, de Roraima e de Rondônia são assegurados os mesmos direitos remuneratórios auferidos pelos integrantes das Carreiras correspondentes do Grupo Tributação, Arrecadação e Fiscalização da União de que trata a Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970.

Art. 8º Os proventos das aposentadorias, pensões, reformas e reservas remuneradas, originadas no período de outubro de 1988 a outubro de 1993, passam a ser mantidos pela União a partir da data de publicação desta Emenda Constitucional, vedado o pagamento, a qualquer título, de valores referentes a períodos anteriores à sua publicação.

Art. 9º É vedado o pagamento, a qualquer título, em virtude das alterações promovidas por esta Emenda Constitucional, de remunerações, proventos, pensões ou indenizações referentes a períodos anteriores à data do enquadramento, salvo o disposto no parágrafo único do art. 4º.

Art. 10. Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, em 27 de maio de 2014.

Mesa da Câmara dos Deputados

Deputado Henrique Eduardo Alves
Presidente

Deputado Arlindo Chinaglia
1º Vice-Presidente

Deputado Fábio Faria
2º Vice-Presidente

Deputado Marcio Bittar
1º Secretário

Deputado Simão Sessim
2º Secretário

Deputado Maurício Quintella Lessa
3º Secretário

Deputado Biffi
4º Secretário

Mesa do Senado Federal

Senador Renan Calheiros
Presidente

Senador Jorge Viana
1º Vice-Presidente

Senador Romero Jucá
2º Vice-Presidente

Senador Flexa Ribeiro
1º Secretário

Senadora Angela Portela
2ª Secretária

Senador Ciro Nogueira
3º Secretário

Senador João Vicente Claudino
4º Secretário

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 18, DE 2014

O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a **Medida Provisória nº 639**, de 21 de março de 2014, publicada no *Diário Oficial* da União do mesmo dia, mês e ano, em Edição Extra, que “Autoriza o Banco Central do Brasil a alienar à Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro S.A. – CDURP os imóveis que especifica”, tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.

Congresso Nacional, 13 de maio de 2014. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente da Mesa do Congresso Nacional.

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 19, DE 2014

O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a **Medida Provisória nº 640**, de 21 de março de 2014, publicada no *Diário Oficial* da União do mesmo dia, mês e ano, em Edição Extra, que “Cria, em caráter temporário, as Funções Comissionadas de Grandes Eventos – FCGE e extingue Funções Comissionadas Técnicas - FCT”, tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.

Congresso Nacional, 13 de maio de 2014. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente da Mesa do Congresso Nacional.

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 20, DE 2014

O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a **Medida Provisória nº 641**, de 21 de março de 2014, publicada no *Diário Oficial* da União de 24 de março de 2014, que “Altera a Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, que dispõe sobre a comercialização de energia elétrica”, tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.

Congresso Nacional, 13 de maio de 2014. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente da Mesa do Congresso Nacional.

Ata da 17ª Sessão Conjunta, Solene, em 27 de maio de 2014

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura

Presidência do Sr. Romero Jucá

(Inicia-se a sessão às 11 horas e 41 minutos e encerra-se às 11 horas e 52 minutos no Plenário do Senado Federal.)

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB-RR) – Declaro aberta a sessão solene do Congresso Nacional destinada à promulgação da Emenda Constitucional nº 79, de 2014, oriunda da Proposta de Emenda à Constituição nº 111, de 2011 (nº 11, de 2014, no Senado Federal), que *Altera o art. 31 da Emenda Constitucional nº 19, de 4 de junho de 1998, para prever a inclusão, em quadro em extinção da Administração Federal, de servidores e policiais militares admitidos pelos Estados do Amapá e de Roraima, na fase de instalação dessas unidades federadas, e dá outras providências.*

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB-RR) – Para compor a Mesa, convido o Presidente José Sarney, Relator da matéria e iniciante de todo o processo de enquadramento dos servidores federais para os Estados de Roraima e Amapá; a Deputada Dalva Figueiredo, autora da PEC 111, que aglutinou as PECs apresentadas com esse intuito; o Senador Mozarildo Cavalcanti, representante do Estado de Roraima, e o Senador João Capiberibe, também representante do Estado do Amapá. (*Palmas.*)

Convido a todos para, em posição de respeito, cantarmos o Hino Nacional.

(Procede-se à execução do Hino Nacional.)

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB-RR) – Eu gostaria de convidar para compor a Mesa, representando os servidores dos Estados de Roraima e do Amapá, Josias Licata, Presidente da Associação dos Servidores do ex-Território Federal de Roraima, e Raimundo Nério, o Jacaré, representando os servidores do Amapá. Podem dirigir-se à Mesa dos trabalhos também.

Eu registro a presença na Mesa da Senadora Angela Portela, a presença no plenário do Deputado Federal Edio Lopes, de Roraima, do Deputado Estadual Rodrigo Jucá, de Roraima, dos Deputados Federais Sebastião Bala Rocha e Janete Capiberibe, que estão presentes também, assim como da Senadora Lídice da Mata, que engrandece este plenário.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB-RR) – Encontram-se sobre a mesa os autógrafos da Emenda Constitucional.

Foram preparados cinco exemplares, destinados à Câmara dos Deputados, ao Senado Federal, ao Supremo Tribunal Federal, à Presidência da República e ao Arquivo Nacional.

Faço agora a leitura da ementa dos autógrafos da Emenda Constitucional, e em seguida proceder-se-á às assinaturas.

É lido o seguinte:

"Emenda Constitucional nº 79

Altera o art. 31 da Emenda Constitucional nº 19, de 4 de junho de 1998, para prever a inclusão, em quadro em extinção da Administração Federal, de servidores e policiais militares admitidos pelos Estados do Amapá e de Roraima, na fase de instalação dessas unidades federadas, e dá outras providências."

É a seguinte a Emenda Constitucional nº 79, de 2014 na íntegra:

EMENDA CONSTITUCIONAL N° 79

Altera o art. 31 da Emenda Constitucional nº 19, de 4 de junho de 1998, para prever a inclusão, em quadro em extinção da Administração Federal, de servidores e policiais militares admitidos pelos Estados do Amapá e de Roraima, na fase de instalação dessas unidades federadas, e dá outras providências.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O art. 31 da Emenda Constitucional nº 19, de 4 de junho de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 31. Os servidores públicos federais da administração direta e indireta, os servidores municipais e os integrantes da carreira policial militar dos ex-Territórios Federais do Amapá e de Roraima que comprovadamente encontravam-se no exercício regular de suas funções prestando serviços àqueles ex-Territórios na data em que foram transformados em Estados, os servidores e os policiais militares admitidos regularmente pelos governos dos Estados do Amapá e de Roraima no período entre a transformação e a efetiva instalação desses Estados em outubro de 1993 e, ainda, os servidores nesses Estados com vínculo funcional já reconhecido pela União integrarão, mediante opção, quadro em extinção da administração federal.

§ 1º O enquadramento referido no *caput* para os servidores ou para os policiais militares admitidos regularmente entre a transformação e a instalação dos Estados em outubro de 1993 deverá dar-se no cargo em que foram originariamente admitidos ou em cargo equivalente.

§ 2º Os integrantes da carreira policial militar a que se refere o *caput* continuarão prestando serviços aos respectivos Estados, na condição de cedidos, submetidos às disposições estatutárias a que estão sujeitas as corporações das respectivas Polícias Militares, observados as atribuições de função compatíveis com seu grau hierárquico e o direito às devidas promoções.

§ 3º Os servidores a que se refere o *caput* continuarão prestando serviços aos respectivos Estados e a seus Municípios, na condição de cedidos, até seu aproveitamento em órgão ou entidade da administração federal direta, autárquica ou fundacional." (NR)

Art. 2º Para fins do enquadramento disposto no *caput* do art. 31 da Emenda Constitucional nº 19, de 4 de junho de 1998, e no *caput* do art. 89 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, é reconhecido o vínculo funcional, com a União, dos servidores regularmente admitidos nos quadros dos Municípios integrantes dos ex-Territórios do Amapá, de Roraima e de Rondônia em efetivo exercício na data de transformação desses ex-Territórios em Estados.

Art. 3º Os servidores dos ex-Territórios do Amapá, de Roraima e de Rondônia incorporados a quadro em extinção da União serão enquadrados em cargos de atribuições equivalentes ou assemelhadas, integrantes de planos de cargos e carreiras da União, no nível de progressão alcançado, assegurados os direitos, vantagens e padrões remuneratórios a eles inerentes.

Art. 4º Cabe à União, no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, contado a partir da data de publicação desta Emenda Constitucional, regulamentar o enquadramento de servidores estabelecido no art. 31 da Emenda Constitucional nº 19, de 4 de junho de 1998, e no art. 89 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Parágrafo único. No caso de a União não regulamentar o enquadramento previsto no *caput*, o optante tem direito ao pagamento retroativo das diferenças remuneratórias desde a data do encerramento do prazo para a regulamentação referida neste artigo.

Art. 5º A opção para incorporação em quadro em extinção da União, conforme disposto no art. 31 da Emenda Constitucional nº 19, de 4 de junho de 1998, e no art. 89 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, deverá ser formalizada pelos servidores e policiais militares interessados perante a administração, no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, contado a partir da regulamentação prevista no art. 4º.

Art. 6º Os servidores admitidos regularmente que comprovadamente se encontravam no exercício de funções policiais nas Secretarias de Segurança Pública dos ex-Territórios do Amapá, de Roraima e de Rondônia na data em que foram transformados em Estados serão enquadrados no quadro da Polícia Civil dos ex-Territórios, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, assegurados os direitos, vantagens e padrões remuneratórios a eles inerentes.

Art. 7º Aos servidores admitidos regularmente pela União nas Carreiras do Grupo Tributação, Arrecadação e Fiscalização de que trata a Lei nº 6.550, de 5 de julho de 1978, cedidos aos Estados do Amapá, de Roraima

e de Rondônia são assegurados os mesmos direitos remuneratórios auferidos pelos integrantes das Carreiras correspondentes do Grupo Tributação, Arrecadação e Fiscalização da União de que trata a Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970.

Art. 8º Os proventos das aposentadorias, pensões, reformas e reservas remuneradas, originadas no período de outubro de 1988 a outubro de 1993, passam a ser mantidos pela União a partir da data de publicação desta Emenda Constitucional, vedado o pagamento, a qualquer título, de valores referentes a períodos anteriores a sua publicação.

Art. 9º É vedado o pagamento, a qualquer título, em virtude das alterações promovidas por esta Emenda Constitucional, de remunerações, proventos, pensões ou indenizações referentes a períodos anteriores à data do enquadramento, salvo o disposto no parágrafo único do art. 4º.

Art. 10. Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, em 27 de maio de 2014.

Mesa da Câmara dos Deputados

Deputado Henrique Eduardo Alves
Presidente

Deputado Arlindo Chinaglia
1º Vice-Presidente

Deputado Fábio Faria
2º Vice-Presidente

Deputado Marcio Bittar
1º Secretário

Deputado Simão Sessim
2º Secretário

Deputado Maurício Quintella Lessa
3º Secretário

Deputado Biffi
4º Secretário

Mesa do Senado Federal

Senador Renan Calheiros
Presidente

Senador Jorge Viana
1º Vice-Presidente

Senador Romero Jucá
2º Vice-Presidente

Senador Flexa Ribeiro
1º Secretário

Senadora Angela Portela
2ª Secretária

Senador Ciro Nogueira
3º Secretário

Senador João Vicente Claudino
4º Secretário

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB-RR) – Antes de promulgar a Emenda Constitucional, quero registrar a importância da data de hoje para os nossos Estados de Roraima e do Amapá.

Foi uma luta árdua este processo, tem que se fazer justiça. Iniciou-se em 1989, com o então Presidente José Sarney – que se encontra à Mesa –, que, aprovando o parecer da Consultoria-Geral da República, denominado FC 3, fez com que os servidores dos ex-Territórios pudessem começar a ser enquadrados como funcionários federais.

Esse enquadramento ocorreu até a saída do Presidente Sarney da Presidência da República. Logo após foi paralisado. Várias ações posteriores se iniciaram no sentido de que esse procedimento fosse retomado. Agora, com esta Emenda Constitucional, esse dispositivo é retomado e volta a se fazer justiça.

Quero convidar para fazer parte da Mesa o Senador Randolfe Rodrigues, Senador do Amapá.

Esta promulgação define que o Governo Federal terá até 180 dias para apresentar a forma como se regulamentará o enquadramento dos servidores. E, a partir da publicação – e é importante ressaltar para todas as servidoras e servidores de Roraima e do Amapá que estão nos assistindo – desta regulamentação, os servidores e servidoras terão até 180 dias para fazerem a opção pelo enquadramento ao Governo Federal.

Portanto, é muito importante que cuidem das suas documentações para apresentá-las e não perderem esse prazo.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB-RR) – Promulgo neste momento, em nome do Congresso brasileiro, a Emenda Constitucional nº 79, que garante na Constituição os direitos dos ex-servidores dos Estados de Roraima e do Amapá.

Está feita a promulgação. (*Palmas.*)

Nós vamos colher agora o restante das assinaturas, registrando que está promulgada a Emenda Constitucional nº 79, que garante aos servidores ou ex-servidores dos Estados de Roraima e Amapá todos os direitos de enquadramento no Governo Federal.

Eu pediria ao Secretário da Mesa que colhesse as assinaturas.

(*Procede-se ao ato das assinaturas.*)

DISCURSO ENCAMINHADO À PUBLICAÇÃO NA FORMA DO DISPOSTO NO ART. 203 DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL, PRIMEIRO SUBSIDIÁRIO DO REGIMENTO COMUM.

A SR^a ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT-RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, foi com enorme alegria que participei hoje da sessão solene de promulgação da Emenda Constitucional 79, que trata da reintegração, ao quadro da União, de cerca de 8.500 servidores e policiais civis e militares que tinham vínculo com os ex-territórios do Amapá e de Roraima.

Esta Emenda Constitucional, como sabemos, é o resultado da PEC nº 11, de 2014, aprovada na semana que passou, aqui no Senado, em primeiro e segundo turnos, pela unanimidade dos 64 colegas senadores, presentes em plenário no momento da votação.

A aprovação desta PEC na Câmara dos Deputados e aqui neste Senado, onde teve tramitação rápida e foi transformada em PEC ii, é, sem sombra de dúvida, uma grande vitória dos servidores beneficiados. Falo, nobres senadores, dos servidores que foram admitidos entre outubro de 1988 até outubro de 1993, assim como servidores municipais admitidos até a data de criação dos estados. São servidores que há quatro anos lutavam para serem incluídos nos quadros da União. Uma luta árdua e permeada por expectativas e angústias, sentidas durante toda a tramitação no Congresso Nacional.

Mas hoje, ficamos todos em festa diante deste ato solene que simboliza o reconhecimento que tivemos para com o trabalho que estes servidores prestaram ao Estado Brasileiro, no período de criação e instalação dos Estados de Amapá e Roraima.

Apresentada em novembro de 2011, a PEC 11, que na Câmara dos Deputados tramitou com o número 111, de autoria da deputada Dalva Figueiredo, do PT do Amapá, teve como relator, o deputado federal, Luciano Castro (PR/RR). Esta PEC inclui pendências funcionais que há anos careciam de solução, como é o caso dos policiais civis e dos fiscais de tributos, categoria enormemente prejudicada entre os servidores dos ex-territórios.

A PEC 111 trouxe de forma inovadora o propósito de beneficiar os servidores contratados no período de cinco anos completos, como foi o caso de Rondônia. De modo que, com a promulgação desta Emenda Constitucional a luta dos servidores atinge seu ápice, e coroa-se um tempo de lutas, negociações, entendimentos e vitórias.

Senhoras e senhores, em toda história há sujeitos e ações. A história da PEC 111 tem muitos sujeitos e inúmeras ações. Mas nesta história vivida pelos servidores do Amapá e de Roraima há protagonismos que não poderei deixar de destacar.

Um deles é a deputada Dalva Figueiredo, autora da PEC 111, que tem o mérito de ter apresentado e lutado incansavelmente por esta PEC. Outros grandes protagonistas são os servidores envolvidos e os dirigentes sindicais que aqui os representam com competência, e que muito lutaram pelos corredores das duas Casas Legislativas, particularmente, nos momentos decisivos e de negociações.

Neste momento histórico, destaco aqui, a PEC 483, e o protagonismo da nossa querida senadora Fátima Cleide, do PT de Rondônia, que lutou pela inclusão dos servidores daquele Estado, nos quadros da União; uma luta que deu origem à Emenda Constitucional nº 60 e à PEC 111.

Desse modo, que quero dirigir meus agradecimentos a todos que participaram deste processo de discussão, apreciação e votação, negociação e mobilização em torno desta PEC.

Agradeço aos sindicalistas de Roraima e do Amapá. São eles: Gilberto Rosas, Antonio Pereira, João Carlos, Elias Santos, Suely Cardozo, Rosinaldo Santos, Josias Licata, que se encontra aqui presentes.

Sou muito grata ao Líder do PT na Câmara, deputado Vicentinho, ao Líder do governo na época da votação, o deputado Arlindo Chinaglia, e ao Líder do governo aqui no Senado, Senador Eduardo Braga.

Agradeço a todos os parlamentares – deputadas e os deputados – de todos os partidos políticos, que votaram em uma PEC que interessa apenas aos servidores do Amapá e de Roraima. Agradeço também aos 64 senadores e senadoras que garantiram com o seu voto, a aprovação da PEC 11/2014, neste Senado, nos dois turnos.

Reconheço o compromisso do senador José Sarney que relatou esta matéria e reconheceu o direito dos servidores de Amapá e Roraima de terem isonomia com os servidores de Rondônia. Também destaco, com orgulho, a postura do governo comandado pela Presidenta Dilma Rousseff, que reconheceu a importância da aprovação deste PEC.

Por isso agradeço especialmente à ministra Mirian Belchior que abriu as portas do Ministério do Planejamento e colocou técnicos à disposição para discutir o texto e colaborar na elaboração do impacto orçamentário.

De minha parte, tenho orgulho de acompanhar passo a passo esse processo de luta dos servidores dos extintos Territórios do Amapá e de Roraima. Participei diretamente das inúmeras reuniões realizadas no Ministério do Planejamento e Secretaria de Relações Institucionais, presidência da Câmara e com os líderes partidários.

Sobre a regulamentação que será um processo de responsabilidade do Ministério do Planejamento, como prevê a própria Emenda Constitucional, terá um prazo de 180 dias.

Após a publicação da Emenda Constitucional, inicia-se o prazo para que o Ministério do Planejamento encaminhe o projeto de lei com as diretrizes para o enquadramento nos planos de cargos e carreiras do governo federal. Esse prazo será necessário em vista do número de categorias beneficiadas pela Emenda Constitucional e também, pela complexidade da legislação aplicada a cada plano de carreira e tabelas remuneratórias diferenciadas.

Após aprovação da lei de regulamentação será criada uma comissão nos Ministérios do Planejamento e da Fazenda e será nesse momento que os documentos dos interessados poderão ser entregues, juntamente com o termo de opção assinado.

Enfim, encerro meu pronunciamento, compartilhando essa alegria e a satisfação de dever cumprido com todos vocês, sindicalistas, servidores de todas as categorias, policiais civis, Fiscais de Tributos de Amapá que estiveram presentes em todo esse processo que culminou com uma grande vitória. Aos meus colegas de parlamento quero agradecer por terem nos ajudado a construir este dia histórico.

Muito obrigada. Estou muito feliz hoje.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB-RR) – Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a presente sessão de promulgação da Emenda Constitucional nº 79, parabenizando todos os ex-servidores de Roraima e do Amapá, que garantirão o seu direito à estabilidade e a sua condição de trabalhar e contribuir para os nossos Estados.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 11 horas e 54 minutos.)

Ata da 18ª Sessão Conjunta, Solene, em 27 de maio de 2014

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura

Presidência do Sr. Walter Pinheiro

(Inicia-se a sessão às 12 horas e 39 minutos e encerra-se às 14 horas e 41 minutos no Plenário do Senado Federal.)

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Solicitamos a todos que tomem seus lugares.

Declaro aberta a sessão solene do Congresso Nacional destinada a comemorar o centenário de nascimento de Maria Rita de Souza Brito Lopes Pontes, a nossa querida Irmã Dulce.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Vamos fazer a composição da Mesa.

Aqui, já ao meu lado, um dos signatários desta sessão, o nosso Presidente desta Casa, desta Legislatura, o Senador José Sarney. Quero convidar também os Parlamentares Antonio Imbassahy e Nelson Pellegrino, que também são proponentes desta sessão; convidar a sobrinha da homenageada, superintendente das Obras Sociais Irmã Dulce, a Srª Maria Rita Pontes; convidar o Ministro de Estado dos Transportes, o Ex^{mo} Sr. César Borges; o Ex^{mo} Sr. Almirante-de-Esquadra Alvaro Luiz Pinto, Ministro do Superior Tribunal Militar; o Presidente do Conselho das Obras Sociais Irmã Dulce, Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, no período de 1977 a 1979, o Sr. Ângelo Calmon de Sá; e convidar o Deputado Federal Duarte Nogueira, que, neste ato, representa aqui o Governador do Estado de São Paulo, o Ex^{mo} Sr. Geraldo Alckmin.

Ainda temos as presenças ilustres do nosso Jorge José Pereira Solla, Secretário de Saúde do Estado da Bahia, no período de 2007 a 2014; do Comandante Militar do Planalto, o Ex^{mo} Sr. General de Divisão Racine Bezerra Lima Filho; de bispos, padres, nossas irmãs e todas as autoridades que aqui se fazem presentes neste importante dia para o Senado da República.

Quero também saudar a presença dos Parlamentares que, de certa forma, durante a sessão, iremos anunciando, principalmente os Parlamentares da nossa querida Bahia.

Vamos chamar a todos para que, de pé, possamos ouvir o Hino Nacional brasileiro, em posição de respeito.

(Procede-se à execução do Hino Nacional.)

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Vamos aproveitar também este momento para registrar a presença do Presidente da Câmara Municipal de Salvador, Ex^{mo} Vereador Paulo Câmara; dos Deputados Federais João Carlos Bacelar e Colbert Martins, da Bahia; do Deputado Claudio Cajado, também presente nesta sessão; da Senadora Lídice da Mata, e também conosco aqui o Prefeito de Teixeira de Freitas, na Bahia, João Bosco.

Neste momento de abertura, vou conceder a palavra ao Senador José Sarney, que é um dos requerentes desta homenagem no Senado Federal.

Portanto, tem V. Ex^a a palavra, neste momento importante de abertura desta sessão.

O SR. JOSÉ SARNEY (Bloco Maioria/PMDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Ex^{mo} Sr. Senador Walter Pinheiro, que preside esta sessão, para satisfação de todos nós; Deputado Federal Antonio Imbassahy, que também requereu, na Câmara dos Deputados, esta sessão; Deputado Nelson Pellegrino. Eu queria, com muito prazer, saudar a Superintendente das Obras de Irmã Dulce, Maria Rita Pontes, essa criatura de Deus tão boa, tão generosa, que tem seguido os passos sob a proteção da sua tia para a continuidade das obras de Irmã Dulce. Quero saudar também o representante do Governador do Estado de São Paulo, Ex^{mo} Sr. Deputado Federal Duarte Nogueira; o Sr. Ministro dos Transportes, meu caro amigo César Borges; o Sr. Ministro do Tribunal Militar, Almirante-de-Esquadra Alvaro Luiz Pinto; o Sr. Presidente das Obras Sociais Irmã Dulce, Ângelo Calmon de Sá, ex-Ministro da Indústria e do Comércio; o Presidente da Câmara de Salvador, Paulo Câmara; e as demais autoridades que aqui se encontram.

Meus senhores e minhas senhoras, Coelho Neto dizia que dos santos não se lembra, não se recorda nem se comemora o dia do seu nascimento. A data que devemos comemorar é o dia da sua morte, em que se liberta da vida e fica eterno.

Irmã Dulce, frágil como uma pétala, débil como uma folha levada ao vento, mas plena de bondade, lutando até para respirar, lutando sempre pela sua grande causa, que era a causa dos pobres. Foi essa a Santa que eu conheci e cujo centenário de nascimento nós celebramos aqui – ela, que já é eterna.

A Beata Irmã Dulce nasceu em 26 de maio de 1914, há 100 anos, em Salvador, na Bahia. Seu nome civil também era Maria Rita.

Sua infância é marcada pela perda da mãe aos 7 anos de idade – eu quis trazer um pouco, detalhadamente, algumas coisas da vida da Irmã Dulce, porque, vendo a sua vida, construímos a figura que ela foi e que ela é. As tias Madalena e Georgina, muito religiosas, vão morar com a família. Influenciada pelo pai, que sempre apoiou as obras de caridade, começa, menina ainda, a ajudar os pobres e os enfermos, a quem logo acolhe na casa do pai, no bairro de Nazaré, que fica conhecida como “Portaria de São Francisco”.

Aos 13 anos, sente a vocação religiosa e tenta entrar para o Convento de Santa Clara do Desterro, mas é recusada pela idade. Depois, para ser obediente ao pai, cursa a Escola Normal e, aos 19 anos, a vocação religiosa lhe faz tomar o hábito de Terceira Franciscana, recebendo o nome de Irmã Lúcia. Em seguida, entra para a Congregação das Irmãs Missionárias da Imaculada Conceição da Mãe de Deus, na cidade de São Cristóvão, em Sergipe. Recebe o nome de Irmã Dulce, em homenagem à sua mãe.

Em 1934, tem a missão de trabalhar na abertura do Sanatório Espanhol – atualmente Hospital Espanhol – de Salvador, e, ali, ela é sacristã, porteira, enfermeira, responsável pelo raio X e por tudo. Faz, na Farmácia Galdino, curso de Prática em Farmácia, de maneira que pode passar a preparar os medicamentos que desde cedo se acostumara a manusear no atendimento aos doentes.

Com apenas seis meses de trabalho, no entanto, a Superiora Provincial lhe dá nova missão: ser professora no Colégio Santa Bernadete, da Congregação, no Largo da Madragoa, próximo à favela de Massaranduba. Obediente, dedica-se à tarefa, mas logo se revela uma professora sem autoridade com os alunos e mais preocupada com as necessidades dos moradores da região. Transforma-se quando chega a hora de sair do colégio para trabalhar na catequese. Pede licença para criar um curso noturno para os operários na sede do Club de Regatas Itapagipe. Assim, a Madre Provincial a libera do ensino e a entrega aos pobres. Confessa a uma Irmã:

“Naquele momento, a minha vida começou.”

Um dia, ela é chamada pelo Arcebispo de Salvador:

“A senhora tem feito catequese nas fábricas. Isso não é decente para uma religiosa, estar entre homens que usam calções e mostram as pernas nuas.”

Então, Irmã Dulce responde:

“Como é que posso olhar para as pernas dos operários, se eu tenho sempre, entre as mãos, a imagem do Sagrado Coração de Jesus?”

Funda uma biblioteca. A gente vê todo dia a Irmã Dulce, a capacidade dela, fundando, criando coisas. Diz o registro do Colégio Santa Bernadete:

“Na tarde de 6 de dezembro de 1935, na presença do nosso Vigário e da nossa Madre Comissária, a nossa irmã Dulce inaugurou uma biblioteca para os operários com 50 livros”, doação dos missionários que ali trabalhavam.

No seu trabalho entre os operários e moradores, especialmente os doentes, vê nascerem os Alagados, as palafitas que se estendiam diante da península de Itapagipe. Seu trabalho é interrompido entre junho e agosto de 1936 para se submeter a uma cirurgia na garganta – que a deixará com a voz frágil, para uma combinação perfeita entre ela e o seu corpo.

Preocupada com os doentes, cria um posto médico numa casa abandonada junto à Oficina Baiana de Navegação, em Itapagipe. Embora encontre casos de tuberculose, constata que os maiores problemas não são esses, mas os problemas da pobreza, a desnutrição e a verminose.

Com seu confessor, Frei Hildebrando, dos Frades Menores de São Francisco, grande empreendedor e líder da Congregação Mariana de São Luís, constitui em outubro a União Operária São Francisco, que depois veio a ser o Círculo Operário da Bahia.

Na festa da Assunção de 1937 professa votos perpétuos.

Em 1939 inaugura o Colégio Santo Antônio, vinculado ao Círculo Operário, para mais de 300 operários à noite e mais 300 filhos de operários pela manhã. No ano seguinte escreve à Superiora Geral:

"Desde 1936 até agora, tenho [...] sob meus cuidados o ambulatório, a farmácia, a escola, as oficinas [...], filhos de operários. [...] Posso lhe garantir que até hoje me sinto feliz, muito feliz! Jesus tem sido muito bom para uma pobre pecadora como eu."

Um dia, ao cair da noite, ela é procurada por um menino de rua com uma crise de impaludismo. Não tem onde abrigá-lo. Lembra-se que na Ilha dos Ratos, um local afastado, há algumas casas vazias. Invade uma delas. Logo surgem outros casos de doentes sem abrigo. Um deles, um tuberculoso agonizante. Para ele invade outra casa. Logo são cinco as casas invadidas. Mas Irmã Dulce é expulsa. Faz construir muros nos arcos da rampa da Igreja do Senhor do Bonfim, para ali transferir os seus doentes. Também é expulsa, porque não podia fazer aquilo. Então, ela os leva para um mercado abandonado, o Mercado do Peixe.

Forma-se Oficial de Farmácia e Auxiliar do Serviço Social. Inicia a Obra do Quilo, em que cada família pode contribuir na doação de 1kg de alimento para apoio às famílias carentes. Então, ela funda três cinemas: Plataforma, São Caetano e Roma, para, com a renda, auxiliar a manutenção de suas obras sociais.

Em 1947, é a primeira Superiora do novo Convento de Santo Antônio, próximo ao Largo de Roma. Faz construir nova sede para o Círculo Operário – ela está sempre construindo coisas, não para; ela está sempre querendo fazer coisas em favor dos pobres e das pessoas – e para a Beneficência Operária, sem receio de pedir a poderosos e humildes, indiferentemente.

As doações não sendo suficientes, consegue empréstimos: primeiro, no Banco do Brasil; depois, com o Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários. Na inauguração, aparece entre seus benfeiteiros sua irmã e constante companheira, Dulcinha, mãe de Maria Rita – que também conheci muito estreitamente e com quem tive grande admiração e amizade –, que viria a ser a mãe da sucessora da Irmã Dulce, Maria Rita.

Mais uma vez ameaçada de expulsão, transfere, em 1949, seus doentes para um pouso fixo de 70 leitos, instalado onde era o galinheiro do convento, com obra realizada por Norberto Odebrecht, construtor também da nova sede do Círculo Operário.

Atende aos presos da Cadeia dos Dendezeiros, conhecida como Coreia – é o tempo da guerra na Ásia – por suas condições precárias.

Cria o Serviço de Alimentação do Comerciário que fornece almoço por dois tostões, no prédio do Círculo Operário.

Em 1959, Irmã Dulce deseja construir um hospital e um abrigo permanente que escapem da improvisação com que ela vivia e aquele tormento com que ela peregrinava em favor dos pobres. Os Estatutos do Círculo Operário da Bahia não permitem que ela assuma a tarefa. Assim, na reunião de 26 de maio – Irmã Dulce fazia 45 anos – é fundada a Associação Obras Sociais Irmã Dulce. O nome não é o que ela deseja, mas a decisão é tomada pela Assembleia dos Fundadores, que tomam o cuidado de ouvir o Cardeal Primaz, Dom Augusto Álvaro da Silva. A Associação se instala em 15 de agosto, festa da Assunção e 25º aniversário da profissão religiosa de Irmã Dulce.

Em nove meses a obra fica pronta e, em fevereiro, inaugura o Albergue Santo Antônio, com 150 leitos. Os médicos logo aconselham a separar abrigo e hospital. Num terreno vazio que lhe é doado, instala um pavilhão onde ela acolhe idosos e tuberculosos em fase terminal. Numa visita aos Estados Unidos, ela consegue, naquela sua constante peregrinação, doação dos equipamentos e a construção de um Centro de Recuperação de Menores Abandonados.

Em 1963, Odylo Costa, filho teve seu filho assassinado, Odylinho. Odylo era um grande amigo meu, posso dizer meu irmão. Sua reação é iniciar uma campanha em O Cruzeiro a favor dos menores abandonados. Irmã Dulce, então, lhe escreve uma carta:

"[Seu] apelo já o ouvi alguns anos atrás, da boca de um rapaz de treze anos, um pequeno jomaleiro, esfomeado, doente, tuberculoso: 'Irmã, me ajude'. A tal apelo, graças a Deus, pude responder e continuei a responder, enquanto Deus me permitiu. É disso que desejo falar. [...] Conte com meu apoio."

No ano seguinte, instala o Centro Educacional Santo Antônio, onde ela atende 300 crianças no Município de Simões Filho.

Ainda em 1964, a nova Madre Provincial cria um dilema para Irmã Dulce: decide fechar o Convento Santo Antônio e exige que as irmãs se recolham diariamente ao Colégio Santa Bernadete, pois é preciso observar a clausura. Resiste e ouve uma decisão dolorosa:

"Peça para ser desenclausurada [...] De qualquer maneira é preciso proteger a Congregação do grave perigo que as obras sociais representam!"

A situação é submetida ao Arcebispo de Salvador, Dom Eugênio Sales. De volta de Roma, onde participa de uma sessão do Concílio Vaticano II, ele encontra uma carta das dirigentes da Irmandade insistindo na solução do problema. Com a solução nas suas mãos, enfrenta mais um desafio: a exigência de que Irmã Dulce, se ficasse no hospital, desenclausurada, abandonasse o hábito da congregação. Irmã Dulce lhe declara:

"Never tive a intenção de me separar, nem a terei. Quero morrer como religiosa, membro da nossa congregação".

Dom Eugênio coloca Irmã Dulce, que ficou sozinha nas obras sociais, sob sua obediência direta e deixa que ela escolha o modo de se vestir.

Desde a década de 50, todos a tratam como uma santa. Sua reação é de humildade. Em 1971, um jornalista lhe pergunta:

"Irmã Dulce, a senhora é uma santa?"

E ela responde:

"Não, meu filho. Eu sou uma pobre filha de Deus".

Todo o dinheiro que recolhe vai para as suas obras. Quando tem necessidades pessoais, um par de sapatos, óculos, ela pede às superioras da Ordem.

Em 1975, a Provincial é substituída. Irmã Dulce pede reintegração plena:

"Quando Madre Emilia Rosa [...] retirou as irmãs do Convento de Santo Antônio, vários sacerdotes e outras pessoas me solicitaram que eu me filiasse a outra congregação ou fundasse uma nova. Não aceitei. [...] Agora, acredito que a atual Provincial e seu Conselho nada tenham contra a reintegração de uma irmã que, durante dez anos de desenclaustrado, permaneceu fiel a sua vocação."

O Cardeal Dom Avelar Brandão, novo Arcebispo de Salvador, intercede por ela. São consultados Roma e o Papa Paulo VI. Ela é reintegrada. Ao ser cumprimentada pelo retorno, ela diz:

"Irmã, eu aceito as congratulações, mas não posso dizer que voltei, porque eu nunca fui embora daqui".

Logo em seguida a esta alegria, sofre ela a perda do seu pai.

Em 1979, recebe nos Alagados a visita de Madre Teresa de Calcutá. No ano seguinte, vem ao Brasil e a Salvador o Papa João Paulo II, o nosso novo Santo João Paulo II. Ela participa da recepção no aeroporto e depois, na grande missa rezada no centro da cidade, a multidão, quando ela chega, grita e aplaude seu nome. O Papa lhe dá uma coroa do Rosário. Ela nunca contou o que eles conversaram, mas disse que sentia muita vergonha ao ouvir toda aquela gente gritando pelo seu nome. Ao despedir-se no aeroporto, João Paulo II lhe recomenda:

"Continue, irmã, mas cuide de sua saúde. É necessário que a senhora se poupe um pouco mais".

Dom Avelar e alguns conselheiros das Obras Sociais levantam o problema das responsabilidades trabalhistas da organização e da necessidade de transformar o seu *status jurídico*. Assim, em 1981, é criada a Fundação Irmã Dulce. Algum tempo depois, ela inaugura o novo Hospital Santo Antônio, com 400 leitos, e escreve a Ângelo Calmon, Presidente da Fundação, pedindo que ele não permita que o hospital se transforme em hospital do INPS – não é INSS, como hoje – ou de outra autarquia.

"Que o Santo Antônio seja sempre para o indigente e para o necessitado".

Em 1984, preocupada com quem continuaria sua obra, cria a Associação Filhas de Maria Servas dos Pobres.

Sofrendo graves problemas de saúde, inclusive respiratórios, durante mais de 50 anos sua figura frágil mantém-se incansável.

Mas, no começo da década de 90, seus problemas se agravam. É sucessivamente levada ao Hospital Português e ao Hospital Aliança, mas ela deseja ficar com os pobres, e é transferida para um quarto especialmente preparado como UTI.

Ali, eu a visitei, muitas e muitas vezes. E, ali, também, foi visitá-la o Santo Papa João Paulo II, em outubro de 1991. Ela já fala com muita dificuldade – submetera-se a uma traqueotomia – e lhe pede perdão por não recebê-lo corretamente. O Papa lhe dá a bênção apostólica e, na saída, comenta com Dom Lucas Neves, o novo Cardeal Primaz do Brasil:

"Este é o sofrimento do inocente. Igual ao sofrimento de Cristo".

E, dia 13 de março de 1992, depois de 16 meses de agonia, Irmã Dulce subiu ao céu.

Seu corpo é sepultado na Basílica de Nossa Senhora da Conceição da Praia. Eu estive no seu sepultamento – e confesso que sempre foi com grande emoção que tive uma estreita amizade e relacionamento com Irmã Dulce – e, nesse momento, eu tive uma grande satisfação: Maria Rita retirou do seu caixão a bandeira que o cobria e me deu. Disse:

"Leve para o Museu do Maranhão, para a sua Fundação."

Ela lá está, mas eu acho que é do meu dever – eu já disse isso a Maria Rita –, algum dia, trazê-la de volta à Bahia, para ela ficar, lá, na sede das obras da Irmã Dulce.

Em 10 de dezembro de 2010, o Papa Bento XVI emite o Decreto de Beatificação, que se efetiva no dia 22 de maio de 2011, depois de ela ter sido reconhecida como venerável.

Os santos buscam a santidade, seja diretamente, como Santa Terezinha, seja indiretamente, como São Francisco de Assis – para usar exemplos caros à Irmã Dulce. Essa via é um caminho de sacrifício, e Deus os põe à prova.

Irmã Dulce nos deu o exemplo da caridade e da virtude esquecida. A sociedade capitalista gera valores materiais e negligencia os valores espirituais. Irmã Dulce era uma tocha permanente, que brilhava para lembrar que não podemos ficar, somente, no usufruto dos nossos bens, sem pensar no universo que nos rodeia, nos miseráveis, nos pobres, nos deserdados.

Irmã Dulce, num momento de religião ideologizada, mostrou que "o reino de Deus não é deste mundo".

Nunca deixou, nunca abandonou a sua fé e a sua crença na sua religião. Jamais se deixou envolver por qualquer outro chamamento de natureza política, ou de natureza material, ou de qualquer outra natureza. Ela sempre foi o que ela é: uma santa.

Ela era o cristianismo sem adjetivos, era uma esmoler dos doentes. Filha do coração de Cristo, essa mulher era uma força da sua fé.

Por amor de quem ela trabalhava? Por amor de quem ela sofria? Por amor de quem ela sofria tanto e fazia tanta penitência? Certamente, era por amor de Deus, por amor dos homens, como dizia São João, que disse que, nas últimas horas, Cristo amou os homens até o fim. Está no Evangelho de São João.

O grande amor de Deus fez com que, no Brasil, tenha nascido e vivido criatura tão boa, das melhores almas da Humanidade.

Irmã Dulce era uma flor de amor e de bondade, esse desejo de ser um pedaço de Deus nas ruas de Salvador da Bahia. Doce como os santos, santa como os profetas.

Eu tinha conhecimento da obra social de Irmã Dulce. Sabia da verdadeira abnegação dessa alma inigualável. A comunhão do nosso espírito consolidou-se quando a conheci pessoalmente, em Salvador, como Presidente. Vi, então, como dizem os clássicos, "de olhos vistos", a ação de uma mulher de físico frágil, a conduzir com espírito forte uma das obras mais delicadas a que um ser humano pode se dedicar – a integral, gratuita e despojada de vaidades ajuda ao irmão pobre e despossuído.

Visitei-a sempre, algumas vezes no anonimato. Vi seu sofrimento e, ainda hoje, me recordo com que emoção, poucos dias antes de ela falecer, eu tive a oportunidade de, olhando-a naquele sofrimento, no que não era cama – o seu leito era quase uma cadeira –, para lhe prestar uma homenagem, lhe dizer:

"Eu sou indigno de fazer outra coisa, senão de lhe beijar os seus pés."

Ali, eu beijei os pés de Irmã Dulce, ajoelhado.

A amizade que tínhamos um pelo outro era nutrida de nossos sentimentos comuns de amor próximo e só fez se consolidar com o passar dos anos, em benefício maior da parte que me toca, visto que a minha alma se engrandece na memória de alguém tão pura, como enriquecia, ontem, no convívio com uma pessoa tão abnegada ao próximo.

A decisão de Irmã Dulce em voltar sua vida para o Amar e o Servir aos pobres foi a materialização da luz que iluminava sua alma. O espírito de Irmã Dulce simplesmente se corporificou naquele físico tão franzino. Ela foi uma dádiva do Criador aos brasileiros em geral, como exemplo de vida, e ao povo de Salvador, em particular, como presença solidária. Foi um anjo de bondade inigualável do Brasil que pousou nas terras da Bahia e que manteve em vida – e que nos legou ao partir – o ensinamento cristão do "amai-vos uns aos outros".

Em 1988, indiquei nossa Irmã Dulce para o Prêmio Nobel da Paz. Não estava somente atestando preferência e escolha pessoais, eu expressava o que habitava no fundo da alma brasileira. Irmã Dulce era um símbolo, plena de bondade, as pequeninas mãos carregando tão pesado fardo, como seja a prática da caridade e do amor, lutando pela paz do corpo e rezando pela salvação do espírito.

Exemplo mundial de caridade, serviu Irmã Dulce com sua vida para o alívio do sofrimento dos mais pobres entre os mais pobres. Débil de saúde, mas muito forte de alma, deu um exemplo extraordinário de bondade e fé com suas obras sociais, sua projeção humana no Brasil inteiro. Tinha a paz cristã, a grande paz da vida dedicada ao próximo e aos mais necessitados.

Visitei-a, como eu disse, quando se encontrava em seu leito de agonia. Impressionou-me seu semblante sereno, que transmitia uma grande paz interior de quem – mais do que se voltava para os braços do Criador – levava a consciência tranquila de ter sido cristã, de amar e de servir ao próximo.

Que Deus a guarde. E hoje declaro o quanto rezei para que ela guardada fosse por muitos e muitos anos, para consolo dos que sofrem, dos aflitos que recebiam de sua mão bondosa o bálsamo a seus sofrimentos.

Irmã Dulce continua viva pela sua bondade, pelos bons hábitos que plantou, pelo exemplo que deu, pelo caminho que abriu. Todos nós, brasileiras e brasileiros, lhe somos profundamente gratos. Eu, pessoalmente, tenho certeza de que Irmã Dulce nos acompanha, nos protege, nos auxilia. Santa, ela continua fazendo o bem.

Quantas vezes eu ouvia Maria Rita me dizer que o Vaticano pedia mais um milagre da Irmã Dulce e eu dizia: eu sou testemunha, ela já me fez mil milagres. E o último deles, que eu lembrava, ao deixar o governo, eu ia sair, ia descer a rampa, numa situação difícil naquele tempo. Então, antes de sair, reuni minha família, minha mulher, meus filhos e não sei por que coloquei um lenço no bolso para as lágrimas.

E disse a todos que estavam ali: olhem, vocês se preparem. Eu cumpri com o meu dever, fiz tudo o que eu podia fazer. Agora, vou descer a rampa do Palácio. Na frente, havia uma multidão incalculável. Metade vem para aplaudir o candidato que vai tomar posse, a outra metade vem para vaiar o candidato que vai tomar posse, mas todas as duas correntes vêm para me vaiar. E, nesse momento, peguei na mão da minha mulher e dos meus filhos e desci a rampa.

Não sei por que, ao descer, senti ao meu lado alguém. Olhei, procurava quem estava ali, e era a Irmã Dulce. Tirei o lenço e, então, sacudi o lenço como quem se despedia. E aí, de repente, aquela multidão, de um lado e de outro, que vinha para me vaiar, começou a me aplaudir. Eu não sabia nem como. Vi as pessoas chorarem. E eu dizia: é um milagre da Irmã Dulce!

Muito da resolução de Irmã Dulce pode ser compreendida em suas devoções. A primeira era pela Via Sacra, pela aceitação de Jesus Cristo no seu sacrifício. Sua ordem, as Irmãs Missionárias da Imaculada Conceição da Mãe de Deus, pregava a imitação de Maria Imaculada e o exemplo de São Francisco. A Santa Virgem Maria era seu modelo de humildade e caridade. E, desde cedo, quando buscara entrar nas Clarissas do Deserto, considerava São Francisco de Assis como seu pai espiritual, que a inspirava na pobreza, no espírito de sacrifício. Com ele tinha um amor especial pelo Presépio. Sua acolhida dos doentes refletia o tratamento que São Francisco dava aos leprosos.

Santo Antônio foi o santo de sua infância, que permaneceu por toda a vida. Na tradição da devoção popular, costumava conversar com Santo Antônio. Ela era íntima de Santo Antônio. Conversava muito com ele, aconselhava-se e com ele buscava e pedia forças para prosseguir nas suas obras. Contava de uma intercessão de Santo Antônio: uma noite, faltando comida para os pacientes, pediu-lhe ajuda. Ficou mergulhada na oração, pedindo ajuda a Santo Antônio, porque ela não tinha comida nenhuma dentro do convento.

Recebeu um telefonema. Que telefonema é esse? De uma senhora que dizia que ia casar a filha, a filha tinha rompido o casamento, mas que a comida toda estava pronta e que ia mandar para as obras da Irmã Dulce. E a Irmã Dulce então trouxe, assim, pelas mãos de Santo Antônio, a comida que ela tanto necessitava naquela noite.

Também era devota de Santa Teresinha de Jesus, que esteve na primeira porta da vida religiosa em que bateu, no Convento do Carmo de São Cristóvão. Lembremos que, naquela época, em 1933, ainda se estava muito perto do tempo da canonização de Santa Teresinha, que tinha sido canonizada em 1925, e de sua proclamação como patrono universal das missões católicas, que data de 1927. Sua busca da santidade, que faria pelo que chamou de “pequeno caminho”, contados na *História de uma alma* – e no conjunto de seus escritos que a levaram a ser declarada Doutora da Igreja --, seria um guia maior da vida religiosa de Irmã Dulce.

A despedida de Santa Terezinha foi a seguinte: “Quero passar meu céu a fazer o bem na terra”. Poderia ser a de Irmã Dulce, que passou a vida a fazer o bem sobre a terra.

Quero, ao despedir-me desta tribuna, recordar o momento em que, na Conceição da Praia, numa manhã de Salvador, o povo todo chorando, eu me incorporava, me associava a toda aquela gente para prestar a minha última homenagem à Irmã Dulce, levando minha mão, colocando-a já debaixo do altar onde ela era sepultada, pedindo que ela sempre estivesse comigo. E até hoje guardo comigo, levo comigo, no meu bolso, a medalha da Irmã Dulce, porque sei que ninguém, nenhuma santa brasileira, daqui e para o futuro, será tão brasileira, tão santa, tão boa, tão grande e representará o espírito do nosso País junto a Deus do que Irmã Dulce.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Quero aproveitar também para registrar a presença, neste plenário, da Ministra Ideli Salvatti, Ministra da Secretaria de Direitos Humanos, do Deputado Federal Antonio Brito e do Deputado Federal Amauri Teixeira.

Na sequência, concedo a palavra ao Deputado Nelson Pellegrino, também um dos requerentes desta homenagem.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente desta sessão, Senador Walter Pinheiro, o qual cumprimento aqui, em nome do Presidente Renan Calheiros e do Presidente Henrique Eduardo Alves, que, atendendo aos requerimentos do Senador José Sarney, de minha autoria e do Deputado Antonio Imbassahy, decidiram realizar hoje esta sessão solene, para marcar o centenário de Irmã Dulce.

As comemorações começaram no dia 25, numa missa do Senhor do Bonfim, numa caminhada, e depois numa missa campal, na praça que leva o seu nome, onde está uma parte do complexo das obras sociais de Irmã Dulce, o Hospital Santo Antônio, e também a Igreja onde há o seu memorial.

Eu queria cumprimentar também o Senador José Sarney, ex-Presidente desta Casa, ex-Presidente da República, e parabenizá-lo pelo seu pronunciamento. Permita-me, Senador, incorporá-lo à minha intervenção, até porque V. Exª nos atalhou fazendo uma extensa e rica exposição sobre uma parte da vida de Irmã Dulce, que é muito rica e não se conta num só pronunciamento. Sei que todos que me sucederão contarão detalhes dessa rica e linda vida de Irmã Dulce. Quero parabenizá-lo pelo seu pronunciamento, pela sua devoção a ela, que é a devoção de todos nós baianos e brasileiros.

Quero cumprimentar o Deputado Antonio Imbassahy, que é um dos subscritores desta sessão solene; Maria Rita, sobrinha de Irmã Dulce, herdeira dela, não só porque Maria Rita administra as obras sociais, mas porque herdou dela a sua bondade, a sua dedicação para levar à frente as obras sociais de Irmã Dulce. Também o Dr. João Calmon, ex-ministro de Estado, também um grande benemerito das obras sociais de Irmã Dulce.

Lembro-me de um episódio. Eu fui advogado do Sindicato dos Vigilantes e me lembro muito bem de quando o Banco Econômico lançou uma campanha para que fizéssemos doações, pelo telefone, para as Obras Sociais Irmã Dulce. E um vigilante do nosso sindicato, no seu plantão noturno, não tinha o que fazer e passou a noite toda telefonando para aquele número, e depois a conta chegou ao Banco Econômico. Evidentemente que o Banco Econômico pagou a conta, não demitiu o vigilante. E o Banco Econômico dava sempre uma grande contribuição para as obras sociais, mas o vigilante, empolgado, ficava a noite toda na televisão, e a cada anúncio que ele ouvia da propaganda do Banco Econômico, pegava o telefone, dava uma ligação e fazia uma doação para as Obras Sociais Irmã Dulce. Assim como ele, milhares de baianos fizeram isso também e deram a sua contribuição para ajudar na manutenção das obras sociais de Irmã Dulce.

Quero cumprimentar o Ministro César Borges, que também foi Governador da Bahia, foi parceiro das Obras Sociais Irmã Dulce, como todos nós, admirador dela e das Obras Sociais, porque as Obras Sociais sempre deram uma contribuição inestimável para a saúde do povo baiano.

Quero cumprimentar o Almirante Álvaro, que também serviu na Bahia e, como tal, viveu com a Irmã Dulce; portanto conhece a sua obra e é admirador dela. Não tem quem não tenha passado por lá e não conheça e não admire a obra. Quero cumprimentar o Deputado Nogueira, que aqui representa o Governador Alckmin; o Comandante Militar do Planalto, o General Racine, que recentemente serviu na Bahia, como Comandante da 6ª Região Militar e, portanto, está aqui porque também conhece as obras sociais e, por outras ocasiões, também serviu na Bahia e é também um devoto admirador de Irmã Dulce; o Presidente da Câmara Municipal de Salvador, o Vereador Paulo Câmara, que aqui também traz a homenagem do povo de Salvador e se associa; Dom Ruy, que é nosso Bispo de Jequié e vem aqui também prestar a sua homenagem; a Ministra Ideli, que aqui comparece; Tércia Borges, ex-Primeira-dama do Estado; todos os Deputados; o Solla que, como Secretário, foi um grande parceiro das Obras Sociais Irmã Dulce e ajudou muito; nosso Governador Jacques Wagner; nossa querida Senadora Lídice da Mata, também admiradora de Irmã Dulce; e todos aqui presentes.

A Bíblia nos ensina que a fé sem obras é morta. Esse é um ensinamento da nossa Bíblia. Não adianta termos fé se não materializamos essa fé, se não a transformarmos em obras.

A vida de Irmã Dulce foi to: uma vida de fé e uma vida de obras. A vida de Irmã Dulce foi uma vida em que sua fé fez com que ela construísse uma grande obra na Bahia. A sua vida foi uma vida de fé e a sua obra também salvou muitas vidas. Milhares de baianos e até sergipanos, e outros, do Brasil inteiro e do Nordeste, foram salvos pela obra social de Irmã Dulce.

Neste dia, nós, Congressistas brasileiros, nos associamos às homenagens, no seu centenário, para registrar a história e a vida dessa mulher abençoada. A Irmã Dulce, em toda a sua trajetória de vida, foi uma mulher abençoada.

Recordo, Maria Rita, quando estávamos na missa, lembrava-se de que a Irmã Dulce, quando jovem, tinha uma paixão pelo futebol e pelo Ipiranga. Portanto, a nossa Santa foi gente, foi humana, como todos nós, viveu todas as nossas emoções. Mas, aos seus 13 anos, a sua vocação de bondade já se manifestava, quando ela já tinha a ideia de servir.

Muito jovem – como foi dito aqui pelo Senador José Sarney –, com a dor do nosso povo, ela invadiu algumas casas na Ilha dos Ratos, para acolher pessoas. Quando despejada, foi para os Arcos do Bonfim, levando essas pessoas para serem acolhidas. E o Prefeito de então, Wanderley Pinho, disse para ela que essas pessoas não poderiam ficar nos Arcos do Bonfim, porque ali era uma área turística e forçou que ela saísse dos Arcos do Bonfim com o povo pobre e necessitado de Salvador. Ela foi para o Mercado do Peixe e, novamente, recebeu uma determinação de que tinha que sair do Mercado do Peixe. Por último, encontrou – não o último abrigo, mas, talvez, o primeiro abrigo – o galinheiro da sua ordem religiosa, que ela transformou num abrigo para 70 pessoas.

A partir daí, tem início uma obra admirável, com a construção do seu abrigo, com a sua participação na fundação de uma ação religiosa junto a operários baianos e, depois, como cofundadora do Círculo Operário, tudo ali muito próximo, até honrando as suas origens dos Pontes – a primeira vila operária foi feita também por um ancestral seu.

A vida de Irmã Dulce era uma vida de preocupação não só com os mais necessitados, mais pobres da Bahia, mas também com a educação. Ela sempre, na sua obra, teve uma preocupação com nossos jovens, com nossas crianças, com a educação para as nossas crianças. A preocupação de Irmã Dulce sempre foi com os mais necessitados, os mais pobres, os idosos, as pessoas com deficiência.

Ao longo de toda a sua vida, Irmã Dulce construiu uma obra que abrigou, atendeu, acolheu e educou crianças, acolheu e atendeu idosos, acolheu e atendeu pessoas com deficiência, acolheu e curou e salvou a vida de milhares de baianos.

O Hospital Santo Antônio, por muito tempo, foi a última porta dos desvalidos da Bahia. Quando não se encontrava nenhum tipo de atendimento, lá o povo pobre, o povo humilde de Salvador sempre encontrou uma acolhida, sempre encontrou um local para buscar a sua cura. Não há quem tenha conhecido aquele hospital que não tenha se empolgado pela sua obra, um hospital totalmente público, com 100% do seu atendimento público.

Quem percorreu como eu percorri, por diversas vezes, as instalações do Hospital Santo Antônio pôde verificar que, embora sendo um hospital público, tinha um padrão que poucos hospitais particulares têm. Todos se perguntavam como uma instituição daquelas podia sobreviver, a partir de doações e recursos públicos, com essa qualidade de serviço, e a explicação estava na história de vida de Irmã Dulce, porque tudo lá sempre foi feito com muito amor, com muita dedicação, com muito voluntariado, procurando servir ao próximo, procurando amar o próximo. É isto que sentimos quando entramos nas Obras Sociais Irmã Dulce: tudo é feito com muito amor, com muita fé, com muito amor ao próximo.

E é por isso que essa obra sobreviveu ao longo desses anos todos, não só, como no início, como foi dito aqui pelo Presidente Sarney, quando Irmã Dulce percorria o comércio de Salvador, às vezes pegando restos na Feira de São Joaquim e em outras feiras, pedindo donativos aos comerciantes para dar de comer aos seus abrigados e aos seus doentes, como também sempre pedindo, e nunca pedindo para ela, sempre para o seu povo pobre e humilde.

Neste pedir, nunca teve limites: pedia aos comerciantes, pedia aos prefeitos, pedia aos governadores, pedia aos Presidentes da República. Quantas vezes, Presidente Sarney, V. Ex^a esteve lá visitando o hospital de Irmã Dulce, e ela sempre pedindo pelo seu povo humilde, pedindo apoio e pedindo ajuda para ampliar as obras, para poder, cada vez mais, estender a mão de Deus, porque aquilo é uma obra da mão de Deus que se materializa na Terra, que são as Obras Sociais Irmã Dulce.

Portanto, esta é a sua vida, esta é a sua obra. Para nós, baianos, Irmã Dulce sempre foi santa. À pergunta que lhe foi feita e que ela, de forma muito humilde, respondeu, se ela se considerava santa: essa sempre foi a certeza do povo baiano. O processo que se desenvolve, neste momento, no Vaticano, onde ela já foi beatificada, e esperamos em Deus.

Recentemente, eu tive a oportunidade de visitar Roma e de estar com Sua Santidade o Papa Francisco. Eu levei a ele uma imagem de Irmã Dulce e lhe disse: "Sua Santidade, a expectativa de nós, baianos, de nós, brasileiros, é que a nossa santa seja reconhecida como tal. Ela é a nossa santa. É assim que nós enxergamos, é assim que nós vemos Irmã Dulce: o anjo bom da Bahia, o anjo bom dos pobres e do povo da Bahia."

Portanto, quem teve o privilégio de conhecer essa mulher de compleição física frágil, mas uma mulher que se agigantava pela sua obra... E eu me lembro muito bem, Maria Rita, o dia em que Irmã Dulce faleceu – e eu tive oportunidade de ir a Conceição da Praia para prestar minha última homenagem a ela: era por um sentimento de tristeza que o povo da Bahia era tomado. A Bahia estava muito triste, o Brasil estava muito triste, porque nós perdímos o nosso anjo bom, nós perdímos a bem-aventurada Irmã Dulce.

Portanto, neste dia de hoje, em que estamos todos aqui para homenageá-la, para falar da sua vida, da sua obra, eu não poderia deixar de dizer que, como admiradores que somos dela, não só admiradores, mas devotos que somos de Irmã Dulce, ficamos muito felizes de poder marcar este centenário com a expectativa de que, muito em breve, o Vaticano reconheça o que é uma certeza de todos os baianos: para nós, Irmã Dulce sempre foi uma santa; para nós, ela sempre será uma santa.

Muito obrigado.

(Manifestação da galeria.)

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Aproveito, nesta sessão, para também registrar a presença do Bispo Dom José Lopes, Bispo de toda a região, mas da cidade de Jequié; para registrar também a presença do Conselheiro Dermeval Gusmão, das Obras Irmã Dulce, da ex-primeira-dama do Estado da Bahia Tércia Borges e também da Deputada Federal do PV do Rio de Janeiro, Rosane Ferreira, que se faz presente a esta sessão.

Eu conversava um pouco aqui com o Presidente José Sarney, e ele me contava, Maria Rita, que teve um sonho e, nesse sonho, ele ouvia um pedido de Irmã Dulce ao Presidente Sarney, ou uma determinação, uma expressão mais correta, como ele usou aqui. Dizia ele que, naquele sonho, ela lhe dizia que, no outro dia de manhã, ele atenderia uma pessoa, um pedido de uma pessoa. E, no outro dia de manhã, no seu local de trabalho, o Presidente Sarney recebeu uma pessoa que veio lhe fazer um pedido, para que ele pudesse prorrogar um concurso cuja data de vencimento já estava marcada. O Presidente Sarney se assustou com a chegada desse pedido, de imediato, ou seja, logo na sequência do seu sonho daquela noite. O Presidente atendeu ao pedido, e o resultado desse pedido está até aqui no plenário agora: uma pessoa, hoje, já nomeada no Senado Federal.

Portanto, essa é uma das experiências das idas e vindas do Presidente Sarney nessa sua trajetória com Irmã Dulce.

Na sequência, concedo a palavra ao Deputado Federal Antonio Imbassayh, um dos proponentes também desta sessão, em conjunto com o Presidente Sarney e com o Deputado Nelson Pellegrino.

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Cumprimento meu caro amigo Senador Walter Pinheiro, que preside esta tão expressiva sessão solene, o Presidente José Sarney, querido amigo dos baianos, cumprimento também o Deputado Federal Nelson Pellegrino, que, ao meu lado, fez o requerimento para que esta sessão pudesse ser conjunta, Senado e Câmara, e a queridíssima amiga Maria Rita Lopes Pontes.

Querido amigo Ministro César Borges, cumprimento V. Ex^a e me dirijo também à Primeira-Dama, nossa amiga Tércia Borges. Agradeço o trabalho de V. Ex^a, Ministro, na Bahia, especialmente no período em que fui Prefeito. Cumprimento também o ex-Ministro Ângelo Calmon de Sá e o Dom Frei Ruy Gonçalves, queridíssimo amigo que tantos bons conselhos tem passado para este Deputado.

Cumprimento o Vereador Paulo Câmara, Presidente da Câmara de Salvador, meu querido amigo; a Senadora Lídice da Mata, que nos honra muito com a sua presença; os Deputados Federais Colbert Martins, amigo de Feira de Santana, Claudio Cajado, amigo também, Antonio Brito, todos amigos; o Amauri Teixeira, a Deputada Rosane Ferreira e também o Gal. Racine.

Faço uma saudação ao nosso Ministro do Superior Tribunal Militar, o Almirante-de-Esquadra Alvaro Luiz Pinto – quantas coisas boas fizemos juntos, Ministro –, e ao Deputado Duarte Nogueira, que representa, neste ato, o nosso Governador Geraldo Alckmin – Duarte Nogueira, sempre líder, amigo.

Começo as minhas palavras registrando que, hoje, o Congresso Nacional celebra, nesta sessão solene, os 100 anos de nascimento de Maria Rita de Souza Brito Lopes Pontes, o Anjo Bom da Bahia, a Bem-Aventurada Dulce dos Pobres, a nossa querida e amada Irmã Dulce, de quem tive a honra de conhecer e de acompanhar de perto a sua Santa vida, inteiramente dedicada aos mais necessitados.

Uma das personalidades, sem nenhuma dúvida, das mais marcantes da recente história da humanidade, Irmã Dulce, viveu por um nobre ideal e construiu, na sua aparente fragilidade, a incrível fortaleza de suas ações.

Alimentada pela inabalável confiança na providência divina e na amizade com Santo Antônio de Pádua, seu fiel protetor, o Anjo Bom da Bahia, de porta em porta, abrindo consciências e corações, construiu uma obra social de importância e dimensão imensurável!

A “freirinha” de saúde frágil, com apenas 40% de um pulmão, vivificou a palavra de Deus em ações transformadoras, fazendo renascer a esperança e o amor onde havia desespero, doenças e fome. Como bem afirmava o Padre Antônio Vieira: “Para falar ao vento, bastam palavras; para falar aos corações, são necessárias obras.” As obras de Irmã Dulce falam aos nossos corações e dão testemunho diário de sua abençoada missão em favor dos desvalidos.

E, se desejamos reverenciá-la, verdadeiramente, creio que não há modo melhor do que cuidando e ampliando o seu extraordinário legado, um legado de misericórdia e fé que teve início nas favelas de Salvador, mais precisamente, na favela dos Alagados, onde ela acolhia cada irmão como a verdadeira imagem de Cristo.

O Anjo Bom da Bahia acreditava que: "Só com amor, fé e dedicação é possível transformar a realidade em que vivemos". Desse modo, agiu amparando os doentes e famintos, mudando a realidade de milhares de pessoas.

A sua compaixão e bondade não tinham limites, superavam todas as adversidades, sempre apoiada, em um ombro, pela mão de Deus e, no outro, pela mão de Santo Antônio, dando o suporte necessário às suas causas difíceis e urgentes.

Não tinha medo de enfrentar os muitos problemas surgidos no cotidiano da sua missão. Aos que temiam, ela trazia a certeza da fé, afirmando:

Às vezes nos defrontamos com problemas a primeira vista insolúveis, porém a fé em Deus resolve tudo. Se tivermos uma fé firme em Deus, então, por mais difícil que seja o problema, sempre se encontra uma solução.

Eu presenciava muito isso nela, nas tantas oportunidades que tinha de conversar com a amada Irmã Dulce.

Com fé inabalável e heróica rebeldia, a Dulce dos Pobres, para atender um pedido de um pequeno jorna-leiro doente, improvisou um espaço no Convento, até então utilizado como galinheiro, dando origem ao Hospital Santo Antônio e, mais tarde, ao que conhecemos hoje, como Obras Sociais Irmã Dulce, a OSID, a querida OSID.

Atualmente, as Obras Sociais têm sua estrutura física dividida entre o Complexo de Roma, em Salvador, onde estão localizados os serviços de saúde e assistência social, o Centro Educacional Santo Antônio, em Simões Filho, e também administra o Hospital Regional de Irecê e do Oeste, em Barreiras.

Referência em saúde no Norte e Nordeste na assistência à população carente, o Hospital Santo Antônio registra atualmente uma média de 14 mil internações e cerca de 12 mil cirurgias anuais, com 373 leitos e um Centro de Tratamento Intensivo com atendimento em 17 especialidades, salvando e promovendo vidas humanas.

Desde a sua fundação, o Hospital Santo Antônio é conhecido na Bahia como "A Última Porta". Irmã Dulce, com a coragem típica dos que fazem a diferença no mundo e com a fé dos que creem sem limites, costumava dizer: "Quando nenhum hospital quiser aceitar algum paciente, nós o faremos. Essa é A Última Porta e, por isso, não posso fechá-la. Não recuso ninguém, porque o doente é a imagem de Deus."

Irmã Dulce ficou conhecida como a freirinha pidona, sempre determinada a conseguir mais recursos para os desamparados. Ao pedir para os pobres, falava de amor e generosidade e nos ensinava, Senador Walter Pinheiro: "Sempre que puder, fale de amor e com amor para alguém, faz bem aos ouvidos de quem ouve e à alma de quem fala."

Nobres colegas, imbuído desse espírito de humildade, coragem e amor da Peregrina da Caridade, peço (é até dispensável pedir porque percebo isso em todos os companheiros que conhecem a obra e a vida de Irmã Dulce) a cada um de vocês que continuem indicando emendas parlamentares para as obras sociais de Irmã Dulce, pois essa, sem sombra de dúvida, como bem disse o saudoso e amado Cardeal Arcebispo de Salvador, Primaz do Brasil, Dom Avelar Brandão Vilela, "é uma obra de Deus".

Maria Rita, o seu pedido eu coloquei aqui, no meu discurso: emendas, recursos para que você possa continuar essa obra magnífica de Irmã Dulce.

Para manter as portas abertas, como era o desejo de Irmã Dulce, as obras sociais contam com a colaboração e dedicação de obstinados médicos, professores, irmãs, funcionários, profissionais de saúde, voluntários, sob a coordenação dessa mulher guerreira e especial que, não por acaso, tem o nome de Maria Rita.

Maria Rita é a alma generosa e abnegada que Irmã Dulce tanto pediu a Deus para continuar o seu trabalho, sem desvio da extraordinária finalidade humanitária. Por herança, você recebeu esta tarefa, nobre e árdua de dar continuidade à missão de Irmã Dulce em favor dos mais pobres e humildes, uma missão que você cumpre com total dedicação e competência, realizando, à frente da instituição, uma gestão técnica e administrativa de referência nacional e uma gestão, sobretudo, fiel aos ensinamentos e desejo da Dulce dos Pobres, sua tia e mãe de muitos.

Na sua infinita sabedoria, Irmã Dulce dizia: "Não vai se acabar com a pobreza. Deus instituiu pobres e ricos. Porém, a gente deve empregar todos os nossos esforços possíveis para melhorar a situação".

Com atendimento 100% proveniente da prestação de serviços ao Sistema Único de Saúde (SUS) e realizando quatro milhões de atendimentos ambulatoriais por ano, as obras necessitam contar com o apoio de todos, em especial do nosso, membros do Parlamento, alocando emendas ao Orçamento da União, repito, para atender às necessidades estruturais, técnicas, de reformas, ampliações, além de equipamentos de alta complexidade, visando proporcionar à população carente e muitas vezes esquecida uma saúde de qualidade e acessível.

Como Maria Rita nos lembrou, são repassados pelo SUS – e aqui está o Solla, ex-Secretário da Bahia, que também prestou a sua inestimável colaboração às obras de Irmã Dulce – R\$8,5 milhões por mês. Contudo, seriam necessários mais R\$2 milhões mensais. Isso para o Complexo de Roma, onde está localizado o Hospital Santo Antônio. É o pleito que dirigimos, nesta sessão solene, Senador Walter Pinheiro, ao Governo Federal. Peço também ao nosso Presidente Sarney, que, tem sido tão generoso nessa sua relação pessoal com as Obras Sociais de Irmã Dulce e com ela pessoalmente.

Quando V. Ex^a estava ocupando a tribuna aqui nesta Casa, Presidente Sarney, a Maria Rita me dizia que sentia falta, no seu discurso, de algo mais próximo da sua relação com a Irmã Dulce, porque a sua relação, segundo a Maria Rita expressava naquela hora, era uma relação tão linda. E V. Ex^a, já do meio para o final do seu pronunciamento, pôde colocar coisas até do desconhecimento de muitos.

Portanto, Senador Sarney, com a sua influência, com o seu querer bem pela obra, pela sua ação social, pelo seu desejo, pelo seu coração, pela sua alma, eu tenho certeza de que V. Ex^a, mais uma vez, vai se empenhar para que possamos subir um pouquinho mais esses repasses dos recursos federais para as obras sociais de Irmã Dulce.

Eu quero encerrar, estou encerrando, dizendo que sei de muitos que aqui já atenderam a esse chamado de Deus, porém precisamos continuar ajudando as obras sociais de irmã Dulce. Temos a responsabilidade de manter o legado de fé e trabalho dessa santa freirinha de manto azul e branco que pregava o amor e levava o céu e o Deus vivo para os muitos irmãos desamparados.

O Papa Bento XVI, em abril de 2009 , “concedeu o reconhecimento de que Irmã Dulce viveu em grau heróico as virtudes cristãs da fé, esperança e caridade, autorizando oficialmente a concessão do título de venerável à freira baiana”. Após a sua beatificação, ocorrida em 2011, Irmã Dulce passou a ser conhecida com o título de “Bem-Aventurada Dulce dos pobres”.

O Vaticano espera outro milagre para declarar Irmã Dulce como Santa, mas como bem disse o Senador Sarney e também o Deputado Nelson Pellegrino, nós, baianos, já a reconhecemos e a veneramos como Santa, por seus milagres operados todos os dias na capital da Bahia, onde, da nossa Roma, bairro humilde de Salvador, já a bendizemos e a adoramos em seu Memorial.

Que Irmã Dulce, exemplo de virtuosidade e fé, meu querido amigo Bispo Dom Frei Rui, seja para todo o povo brasileiro modelo de serviço generoso, dedicação ao próximo e solidariedade. Sejamos, pois, inspirados por ela a construir uma sociedade mais justa e um Brasil mais humano. Ela, que está perto de Deus, nos recomende a todos nas necessidades dos mais sofridos.

Abençoada Irmã Dulce, a Santa dos pobres! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Dando sequência, concedo a palavra à Senadora Lídice da Mata.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco Apoio Governo/PSB – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Ex^{mo} Sr. Presidente, Senador Walter Pinheiro, com alegria o vejo dirigir esta Mesa no dia de hoje, como Senador da nossa Bancada baiana nesta homenagem que, por toda justiça, deve ser dirigida por um baiano.

Quero saudar o Exm^o Sr. Senador José Sarney, um dos signatários da presente sessão, signatário pelo Senado Federal, aos Deputados Antonio Imbassahy e Nelson Pellegrino, também signatários na Câmara dos Deputados para que esta sessão se realizasse, a querida amiga sobrinha de Irmã Dulce e Superintendente das obras sociais Maria Rita Pontes, representando o Governador do Estado de São Paulo, o Deputado Federal Duarte Nogueira, o Ministro de Estado dos Transportes, o Exm^o Sr. ex-Governador da Bahia César Borges e sua Primeira Dama Tércia Borges, aqui presente, o Ministro do Superior Tribunal Militar, Exm^o Sr. Almirante de Esquadra Álvaro Luiz Pinto, e o Presidente do Conselho de Obras Sociais Irmã Dulce, Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, no período de 1977 a 1979, Sr. Ângelo Calmon de Sá.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Senadora Lídice, se a senhora permitir, só uma interrupção nessa saudação.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco Apoio Governo/PSB – BA) – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT – BA) – É que acaba de adentrar aqui ao Senado, o Governador Jaques Wagner e, nessa oportunidade, nós o estamos convidando para compor a Mesa desta sessão de homenagem.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco Apoio Governo/PSB – BA) – E aproveito para saudá-lo também, Exm^o Sr. Jaques Wagner, Governador da Bahia, saudando todos os Deputados, companheiros aqui presentes. (*Pausa.*)

Retomando, Vereador Paulo Câmara, Presidente da Câmara de Salvador, que muito nos honra com sua presença, Deputados Federais Antonio Brito, Colbert Martins, Claudio Cajado, Secretário Jorge Solla, muitos, pelo menos os três oradores, já se referiram à vida de Irmã Dulce. Eu queria destacar também, num agradecimento aos três, a importância da realização desta sessão.

Nós estamos, desde ontem, iniciando o período de comemoração do centenário de Irmã Dulce e esta sessão é justamente uma homenagem do Congresso Nacional, promovida pela iniciativa desses três Parlamentares, mas com a adesão de todos os outros à vida e à obra de Irmã Dulce.

Essa deferência de fazermos uma sessão solene no Congresso Nacional para homenagear Irmã Dulce não é uma coisa menor, primeiro porque uma obra como a de Irmã Dulce não pode ficar fora do registro dos *Anais do Congresso Nacional*.

Certamente não é a primeira vez que nós a homenageamos. Eu própria já tive a oportunidade de falar aqui, juntamente com o Senador José Sarney e outros Senadores, no momento de sua beatificação. Mas é indispensável que nós possamos fazer com que o Congresso inteiro, com que o Brasil inteiro reconheça a ação, tanto religiosa quanto evangelizadora, de Irmã Dulce. Que o povo brasileiro também possa fazer isso, acompanhando, através dos meios de comunicação desta Casa, rádio e televisão, o depoimento daqueles que convivem com a sua obra, mas que conviveram com Irmã Dulce.

Todos aqui presentes nesta mesa, de alguma maneira, conviveram com Irmã Dulce e hoje convivem com a sua obra. Dentre esses, quem mais conviveu e teve oportunidade de vivenciar pessoalmente os atos de Irmã Dulce, além de sua sobrinha, parte de sua família, foi o Senador José Sarney, que, aliás, me revelou, na sessão em que homenageamos a beatificação de Irmã Dulce, que nada de importante ele faz na sua vida sem carregar no bolso a medalhinha de Irmã Dulce.

Irmã Dulce, que foi essa figura frágil, já destacada aqui – no entanto, sua voz quase não se percebia; lembro-me de que para ouvi-la, e eu que sou baixinha, tinha que ficar bem próxima a ela –, escondia uma fortaleza incomparável, destacada por todos, na defesa dos mais necessitados.

A vontade de ajudar os pobres certamente renovava suas forças e aquela figura pequena se agigantava numa bondade celestial, buscando donativos no comércio de Salvador, sem se preocupar com os “não” que recebia.

Sua vida é uma lenda na Bahia. Seus feitos correm de boca em boca e são transmitidos oralmente pelo povo, de um a um, e, das histórias que se contam de Irmã Dulce, conta uma delas – uma testemunha que a acompanhava, certa feita, contou, como toda história oral é sempre um conto que conta – que Irmã Dulce se dirigiu para pedir um donativo a um comerciante que, irritado, lhe devolveu uma cusparada no rosto e ela, humildemente, pegou o lencinho, que hoje é uma referência de sua manifestação, que carregava, enxugou a face e, voltando-se para ele, disse: “Essa foi minha doação. Agora me dê a contribuição dos meus pobrezinhos”, e o cidadão, diante daquela reação, caiu em prantos e, além de dar a contribuição, tomou-se um dos seus colaboradores mais assíduos.

Essa imagem é a referência, de um lado, da perseverança, da decisão de não se deixar paralisar por nenhum obstáculo na decisão de construir a sua obra para os pobres e, de outro lado, de uma referência daquilo que se chama na Igreja Católica de humildade dos cristãos, da decisão de realizar a solidariedade cristã. E Irmã Dulce foi exatamente essa referência daquilo que já se falou aqui, de uma obra física construída em defesa dos pobres, dos desvalidos, dos indigentes, dos desfavorecidos. De alguma forma, cada homem público ou mulher pública, presente aqui nesta sessão, tem ou teve a possibilidade de contribuir, e, como destacou o Deputado Imbassahy, deve continuar contribuindo com ela através das nossas emendas parlamentares, mas não só através disso.

Mas a obra que o povo da Bahia sente, que toca o coração, a obra do reconhecimento de toda a sociedade cristã é justamente a capacidade, a humildade, a figura de Irmã Dulce na sua simplicidade, a simplicidade própria inclusive da congregação a que ela, em determinado momento, se viu, franciscana, e que tem a coincidência de nós, quem sabe, podermos conseguir a sua canonização quando um Papa franciscano conduz a Igreja Católica, e traz à tona, novamente, numa posição, no momento em que o mundo enfrenta tão novos desafios, em que muitas vezes os pobres de Irmã Dulce não são sequer enxergados na sociedade, em que o Papa Francisco reassume o compromisso da Igreja Católica com essa missão, a missão da humildade, da simplicidade, com essa referência se dirige ao povo cristão.

Irmã Dulce, que ganha o nome, após a beatificação, de Bem-Aventurada Dulce dos Pobres, certamente é santa para o povo baiano e santa para o povo brasileiro, santa no milagre de ter salvado tantas vidas através de suas obras sociais, tanto na saúde, mas também na educação. E, aliás, Maria Rita me fez o pedido no domingo passado, de que nós não olhássemos apenas as obras sociais de Irmã Dulce na área da saúde, os hospitais, e hoje a Organização Social Irmã Dulce não administra mais apenas um hospital, em 2006 pôde ampliar a sua responsabilidade para o Hospital do Oeste, em Barreiras. E, hoje, o Secretário Jorge Solla, com a administração competente da nossa querida Maria Rita, já levou essa obra e essa responsabilidade para o Hospital de Santa Rita de Cássia, para a UPA de Roma, para o Hospital Regional de Irecê.

Mas nós precisamos também salvaguardar, defender a obra educacional de Irmã Dulce no colégio Santo Antônio, em Simões Filho, e dirigir os nossos esforços para também garantir a continuidade dessa obra.

Portanto, não vou repetir toda a vida de Irmã Dulce, que já foi aqui relatada pelos oradores que me antecederam, mas reafirmar o compromisso de todos nós, o compromisso da Bahia e do Brasil com o reconhecimento dessa obra, que é uma obra universal e, por isso, será perene, universal nos seus valores, e que demonstra esse compromisso inabalável de Irmã Dulce, tantos anos atrás, com a pobreza, com a ideia da dedicação e do seu testemunho cristão, na solidariedade com os mais pobres, com os que hoje chamamos de excluídos de tudo, com gestos que muitas vezes hoje, na sociedade, poderiam ser condenados, como foram no passado: invadindo casas para botar os seus doentes; ocupando espaços públicos da cidade para chamar a atenção das autoridades sobre aqueles que não tinham, naquele momento, a proteção e a atenção das autoridades.

Faz-se necessário assumirmos o compromisso, não apenas com essas obras físicas, públicas, que continuam a salvar a vida das pessoas no nosso Estado, mas também com essa indignação dos justos diante da injustiça, que foi a vida de Irmã Dulce; com o nosso compromisso permanente em continuar invadindo espaços, sempre que necessário for, para denunciar os desassistidos, os excluídos da nossa sociedade; e de, através da nossa ação política, termos a condição de realizar um pedacinho pequeno daquele que foi o compromisso de Irmã Dulce, porque, senão, também não vale a pena haver uma ação política que não seja, Deputado Nelson Pellegrino, para realizar minimamente a possibilidade de nos indignarmos com a miséria humana, com a situação de desprezo da vida humana que, muitas vezes, a nossa sociedade continua, dia a dia, a afirmar.

Portanto, como Senadora da Bahia, não posso deixar de me manifestar neste momento, não com orgulho, porque acho que o orgulho é uma expressão que não traduz bem o sentimento de alegria pela existência de Irmã Dulce na nossa terra, pela obra deixada por Irmã Dulce, pela alegria que nós baianos sentimos em ter sido, de alguma forma, de um lado beneficiado, de outro lado sendo parceiros permanentes dessa obra, que competentemente hoje é dirigida por Maria Rita, que leva seu nome de nascimento, e que a coloca num outro patamar de desenvolvimento.

Irmã Dulce não abriu mão em nenhum momento dessa sua solidariedade humana, unindo-se justamente àqueles operários, trabalhadores, que estavam submetidos à grande carga de trabalho e à pouca qualidade de vida. Ela decidiu o seu lado desde sempre, desde muito jovem, desde criança, e esse lado a levou a uma condição de santa, santa dos milagres realizados. E nós, com muita fé, acreditamos, Deputados e Senadores, que também a Igreja Católica, em algum momento, haverá de reconhecer a sua santidade para júbilo do povo baiano e do povo brasileiro.

Tive a oportunidade, como prefeita, de participar do seu funeral, recentemente eleita naquele período, e de testemunhar o sofrimento do povo baiano naquela data, de poder me emocionar junto com o povo da Bahia naquele momento e tive também oportunidade de, sendo parceira, de sua irmã Dulcinha, que continuou sua obra, e Maria Rita, de podermos tratar num momento transitório em que pôde administrar o Abrigo Dom Pedro II. Depois também tivemos oportunidade de iniciar um programa inovador de combate ao alcoolismo dentro da prefeitura e prosseguimos nessa solidariedade, nessa parceria, para reverenciar a memória de Irmã Dulce.

Que viva em nossos corações, nos corações do povo brasileiro, a obra de Irmã Dulce, hoje Bem-Aventurada Dulce dos Pobres, amanhã, com fé, Santa Irmã Dulce da Bahia.

Obrigada. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Obrigado, Senadora Lídice da Mata.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Senadora Vanessa.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, se V. Ex^a me permite, em decorrência do adiantado da hora eu gostaria de encaminhar à Mesa um pronunciamento que faço em homenagem à Irmã Dulce.

Eu o faria em nome do Partido Comunista do Brasil, o PCdoB, mas quero fazer, se V. Ex^a me permite, das palavras dos autores do requerimento para a realização desta sessão – o Presidente José Sarney, o Deputado Nelson Pellegrino, o Deputado Antonio Imbassahy e V. Ex^a, Senador Walter – e das palavras da Senadora Lídice da Mata, as nossas palavras, porque entendemos que esta homenagem é fundamental. E, para nós, do Partido Comunista do Brasil, isso é muito caro, porque é alguém que dedicou toda uma vida em defesa dos mais humildes, dos pobres. Essa é que é a própria essência de luta do nosso Partido.

Então, passo a V. Ex^a, à Mesa, Senador Walter, essa singela, mas profunda homenagem que fazemos à Irmã Dulce, homenageando os autores do requerimento da sessão do dia de hoje.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Obrigado, Senadora Vanessa. A Mesa recebe o pronunciamento de V. Ex^a, assim como também providenciará a chegada da cópia para as Obras Irmã Dulce.

Com a palavra, o Deputado Claudio Cajado, pela Liderança do Democratas.

O SR. CLAUDIO CAJADO (DEM – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Quero cumprimentar V. Ex^a, Senador Walter Pinheiro, que preside esta sessão solene; o Ex^{mo} Governador do Estado da Bahia, Jaques Wagner; o Senador José Sarney; o Ministro do Superior Tribunal Militar, Almirante-de-Esquadra Alvaro Pinto; o Deputado Duarte Nogueira, representando o Governador Alckmin; nossa querida Maria Rita Lopes Pontes, que superintende as Obras Sociais Irmã Dulce; o Deputado Antonio Imbassahy; o Ministro César Borges; o Dr. Ângelo Calmon de Sá, que preside o Conselho das Obras Sociais Irmã Dulce; o Deputado Nelson Pellegrino; os Deputados aqui presentes; o Deputado Colbert Martins; a ex-primeira-dama Tércia Borges, do Estado da Bahia; o Dr. Solla, ex-Secretário de Saúde do Estado da Bahia.

Quero também cumprimentar a Senadora Lídice da Mata; a Senadora Vanessa Grazziotin; o Senador Suplicy; o Bispo de Jequié, Dom Ruy; o General Racine, do Comando Militar do Planalto; todos os presentes a esta sessão. Na presença de todos os que vieram acompanhar esta solenidade, quero dizer que para mim é um momento extremamente marcante poder discursar sobre uma pessoa tão especial como foi a Irmã Dulce, em nome do Partido Democratas.

Todos nós sabemos que as dádivas de Irmã Dulce ultrapassam quaisquer barreiras geográficas, mas, se me permitem, serei um pouco bairrista.

Ter uma conterrânea tão ilustre como nossa amada Maria Rita de Souza Brito Lopes Pontes me traz ainda mais orgulho em ser baiano. Esse Estado, famoso por nos fornecer importantes escritores, músicos e artistas plásticos, mostrou também que é celeiro de gente boa e humana.

No meio da escuridão de uma cultura moderna, egoísta e individualista, surge uma luz. Em tempos difíceis, onde nossos olhos se distanciavam cada vez mais do próximo, acendeu-se uma candeia que, iluminando nossas vidas, nos reembrou o verdadeiro sentido de existir. Irmã Dulce foi exemplo. Foi importante não só por suas obras diretas, mas também por seus ensinamentos, que nos fazem entender que a fé e o existir, sem obras, são vazios, como, aliás, disse V. Ex^a, Deputado Pellegrino.

Como nos diz o Apóstolo Paulo, no livro dos Coríntios, sem o amor nada somos. E de todas as coisas que se foram, permaneceram somente a fé, a esperança e o amor. Sobretudo, o amor. E é justamente esse o motivo de estarmos reunidos aqui no dia de hoje. Porque não há lembrança mais linda do que aquela construída e mantida pelo amor.

Não nos deixemos esquecer de Irmã Dulce não somente por suas grandes obras, mas, sim, por suas grandes obras feitas com e pelo amor.

Não podemos, claro, nos esquecer do histórico brilhante de Irmã Dulce, que foi professora, incentivou o cooperativismo entre os trabalhadores, levou educação e saúde aos mais pobres, foi indicada ao Prêmio Nobel da Paz e, em um ato inédito para nós, brasileiros, beatificada pelo Papa João Paulo II.

Mas, em resumo, de tudo isso, extraímos o amor. A menina que, desde cedo, já sentia o incômodo das desigualdades. A jovem que se comprometeu não só com a Igreja e os ensinamentos cristãos, mas que renunciou a uma vida de infinitas oportunidades, para viver lado a lado com aqueles que pediam uma mão estendida. Mesmo dentro de um Estado laico, a vivência de Irmã Dulce ainda merece ser condecorada. Independente de credo e religião, vemos, na figura dessa imensa mulher, o desenho de tudo aquilo que todo ser humano deve ser.

Não nos faltam mais "Irmãs Dulces" em nosso Brasil, e, sim, um pouco mais dela em cada um de nós. Estamos hoje, mais uma vez, imersos em um mundo que se curva para si mesmo e se esquece do próximo. Aqui, nesta Casa, de onde partem os decretos para todo o País, nos falta um pouco mais de Irmã Dulce. O Brasil clama por mais igualdade, justiça e altruísmo. O povo pede por mais paz e verdade.

Que sejamos mais como Dulce. Que hoje, nessa solenidade, não só levantemos o nome e a memória da irmã, mas que abramos nossos olhos para aprender. Que nos lembremos de Irmã Dulce e que seus passos guiem nossas decisões nas leis que aqui nós formulamos. Que façamos viver a essência de Irmã Dulce em nosso trabalho, em nossas famílias, na nossa comunidade e no nosso País.

Mais uma vez, repito: o grande legado de nossa querida Irmã, a "Bem-Aventurada Dulce dos Pobres", não são os prédios e entidades criadas, mas o modelo de vida e a esperança que nos foram dados, seus exemplos e a sua obra social, que permanece viva nas ações do Hospital Santo Antônio, do Hospital da Criança, do Centro Médico, do Núcleo de Reabilitação Auditiva, para deficientes, além de outras que estão sendo planejadas, mas, acima de tudo, no amor que se manifesta em cada vida que se abraça no seio da sua obra.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Dando continuidade, no encerramento desta sessão, passo a palavra à Sr^a Maria Rita Pontes.

A SR^a MARIA RITA PONTES – Ex^{mo} Sr. Senador Walter Pinheiro, Presidente da Mesa desta solenidade, vou lhe pedir permissão para saudar a todos na pessoa do Senador José Sarney. Amigos e devotos de Irmã Dulce aqui presentes, boa tarde.

Há menos de 48 horas, o Brasil se reunia para celebrar, em plena missa campal em Salvador, a abertura oficial das homenagens aos cem anos de nascimento da nossa saudosa, mas sempre presente Irmã Dulce, da adolescente que, aos 13 anos de idade, deixou o coração inundar-se de compaixão pelo doente abandonado à visionária fundadora de uma das mais vigorosas obras sociais do País. Somos todos convidados a relembrar, neste ano, o nascimento de um ideal fraterno que continua a inspirar gerações.

Em meio às multidões que, desde ontem, data oficial do aniversário, não cessam de desembarcar no Santuário da Bem-Aventurada Dulce dos Pobres ou nas notícias festivas vindas de outros Estados, pude, mais uma vez, constatar, com alegria no coração, que o afeto contido em tais manifestações vai muito além da simples admiração pela trajetória e obra da aniversariante. As cenas protagonizadas nessas últimas horas em Salvador e em diversas outras comunidades pelo País não poderiam ter sido escritas nem interpretadas senão por um povo que guarda na figura de Irmã Dulce a imagem de uma mãe acolhedora, nutrindo pela mesma o amor genuíno de um filho.

Se assim não fosse, como explicar, então, as lágrimas que presenciamos a descerem dos rostos ainda tão jovens de quem sequer tinha nascido quando Irmã Dulce partiu?

Como explicar os sussurros em pleno santuário da Beata baiana tais quais pedidos de oração saindo de lábios de quem jamais havia pisado antes em solo baiano ou sequer cruzado os caminhos da Religiosa?

Como explicar o sorriso de quem, embora seguidor de outra crença, viajou, nos últimos dias, milhares de quilômetros rumo à casa da Mãe dos Pobres para simplesmente agradecer pela graça alcançada por um outro irmão?

A explicação, senhores, não poderia ser outra: somos todos uma só família.

E qual família, independente de crença ou ideologia, não se compadece diante do sofrimento de um ente querido? Talvez tenha sido essa uma das maiores lições transmitidas por Irmã Dulce ao longo de sua trajetória de vida. Para ela, não havia desconhecidos entre aqueles encontrados ao longo do caminho. Seja no garoto que ardia em febre e foi salvo da morte prematura ao ser resgatado das ruas de Salvador, ou na idosa, que, depois de anos de abandono, encontrou nas mãos da freira a limpeza das suas feridas.

A verdade é que não há estranhos entre os desamparados. E o que dizer então daquelas inúmeras mães carentes que em desespero recorriam à Bem-Aventurada em busca da assistência para o filho deficiente que acabara de nascer? Alguém duvida que naqueles bebezinhos residia também um filho de Irmã Dulce? A lição, portanto, é uma só: compartilhamos todos um único seio familiar, onde o sentido da existência não poderia ser outro senão uma vida de entrega, de amor e de serviço ao irmão.

E tal qual nesses últimos dias e nos próximos que ainda estão por vir nesse centenário de comemorações, estamos hoje, aqui, novamente em família, reunidos em um solo também sagrado: o solo da Democracia, a Casa de todos os brasileiros, erguida pelo povo e para o povo. E é com o coração agradecido, pela homenagem ora prestada, que venho humildemente, diante dos senhores, para transmitir uma mensagem de esperança, mas também um apelo; tarefa essa que assumo não como sua sobrinha, nem como superintendente das Obras Sociais Irmã Dulce, mas como porta-voz dos 4.377 profissionais da nossa instituição, dos seus 588 médicos e 142 voluntários.

E peço licença para começar essa mensagem, dizendo aos presentes que: sim, cem anos após o nascimento de nossa fundadora, ainda continuamos a seguir seus passos! Sim, 22 anos após seu falecimento, ainda continuamos a acolher aquele garoto que outrora ardia em febre! Sim, continuamos a limpar as feridas de nossos idosos! E, sim, continuamos a prestar assistência às crianças portadoras de deficiência e educar crianças e jovens carentes!

Mas também é meu dever relatar que tal missão adquiriu novas e monumentais proporções, traduzindo-se hoje em um enorme desafio, cujo futuro dependerá da boa vontade e do engajamento de todos, desde o compromisso assumido pelo doador anônimo até o apoio vindo das instituições governamentais.

Na verdade, mais do que um desafio, o que se vê hoje, ao ultrapassar os portões das Obras Sociais Irmã Dulce, é uma legião de profissionais e voluntários a fazer de cada heroico atendimento um milagre diário. Afinal, desde a fundação das Obras, o número de pessoas em busca de acolhida nunca parou de crescer; muito pelo contrário. O que se vê na chegada à instituição são milhares de pessoas, em número cada vez maior, à procura de esperança, assistência gratuita e humanizada.

Para que os senhores tenham uma ideia da dimensão deste desafio que é manter viva essa obra, basta lembrarmos que, em 1949, quando Irmã Dulce ocupou o galinheiro de um convento com seus primeiros doentes, gesto que deu origem à fundação de sua instituição, era exatamente 70 o número de pessoas acolhidas naquele dia. Hoje, 65 anos após esse feito heroico, as Obras respondem por 4 milhões de atendimentos ambulatoriais por ano. Repito: 4 milhões de atendimentos por ano a usuários do Sistema Único de Saúde, pacientes sociais, idosos, pessoas com deficiência e com deformidades craniofaciais, crianças e adolescentes em situação de risco social, moradores de rua e dependentes de substâncias psicoativas. Somente na nossa sede, em Salva-

dor, são realizadas anualmente 12 mil cirurgias, além do expressivo volume de 1,2 milhão de refeições servidas aos nossos pacientes todos os anos.

E, da mesma forma que o número de pessoas em busca de assistência cresce a cada ano, também aumenta o clamor da população por novas áreas de atendimento. Para acolher essa nova demanda, temos feito, apesar das limitações financeiras, um grande esforço para implantar novos serviços. Um exemplo disso são os programas de ponta que temos inaugurado nos últimos anos, como o Núcleo de Reabilitação Auditiva. É lá que oferecemos, de forma pioneira no Estado, a cirurgia de implante coclear, um avançado dispositivo, conhecido como “ouvido biônico”, que vem devolvendo a audição a quem já não tinha mais esperanças de voltar a ouvir.

Também iniciamos, há cerca de cinco anos, uma verdadeira frente de batalha em defesa das pessoas que necessitam de tratamento para o câncer, a partir da inauguração de um núcleo de oncologia. Mais recentemente, ampliamos esse esforço com a abertura de uma enfermaria totalmente dedicada aos pacientes oncológicos. E, desde a implantação desse serviço, já contabilizamos quase 40 mil procedimentos realizados, sendo que atualmente temos em casa mais de 700 pacientes em processo de quimioterapia.

E, para incrementar ainda mais esse desafio, estamos construindo, com o apoio do Ministério da Saúde, do Governo do Estado da Bahia e da sociedade, a Unidade de Alta Complexidade em Oncologia Nossa Senhora de Fátima, fortalecendo, assim, o tratamento do câncer junto à população mais carente.

O novo centro, em terreno doado pelo Governo do Estado da Bahia, no ano passado, terá mais de 1.700 metros quadrados de área construída, dez consultórios, 18 leitos e modernos equipamentos. Além da Unidade de Oncologia, neste terreno de 9 mil metros quadrados de área, temos outros muitos sonhos a realizar que estão sendo priorizados pelo Plano Diretor, que hoje se encontra em elaboração para aprovação do nosso Conselho de Administração.

Entre as prioridades, destaca-se o serviço de bioimagem, que hoje funciona em uma área limitada de 300 metros quadrados. É insuficiente, portanto, à demanda existente de 8 mil procedimentos/mês e possui infraestrutura inadequada. Estamos também necessitando equipar a nossa UTI adulto com mais dez leitos, para poder atender a enorme demanda de pacientes que estão internados nas nossas enfermarias, precisando de uma assistência mais efetiva e qualificada.

Desde o ano passado, iniciamos uma campanha junto à sociedade, desta vez para a edificação de um prédio que abrigue a nova Unidade de Coleta e Transfusão de Sangue e o Serviço de Terapia Renal Substitutiva. Com este empreendimento, vamos poder elevar a quantidade de bolsas de sangue coletadas, apoiando ainda mais o Hemocentro da Bahia (Hemoba), como também vamos disponibilizar assistência a pacientes nefropatas, absorvendo até mesmo a demanda de outras instituições de saúde que já contam, inclusive, com pacientes à espera da hemodiálise.

Prezados, somente a crença e a entrega à missão do Amar e Servir, eternizada pelo Anjo Bom do Brasil e chancelada pelo Conselho Administrativo das Obras Sociais Irmã Dulce, aqui representado pelo nosso Presidente, o Sr. Ângelo Calmon de Sá, pelo Sr. Dermeval Gusmão, e pelo Sr. Bispo de Jequié, D. Ruy Lopes, poderiam explicar a coragem e a fé inabaláveis de nossos profissionais, voluntários e parceiros em assumir tamanha responsabilidade, diante das inúmeras dificuldades enfrentadas todos os dias. Somente a providência divina para explicar, diante dos poucos recursos, o milagre que é levar assistência e acolhida a um número cada vez maior de pessoas – missão essa que já ultrapassa as fronteiras de Salvador e chega hoje ao interior baiano, em cidades como Barreiras, Irecê e Santa Rita de Cássia.

Afinal, como explicar que uma instituição cuja receita total não cobre sequer todo o espectro de seus custos mensais possa pensar em novos programas e atravessar gerações, mantendo um perfil de serviços único no País? Uma receita, por sinal, quase que 100% proveniente somente dos serviços prestados ao Sistema Único de Saúde, valor que sozinho não consegue cobrir as nossas despesas com atendimento, obrigando a instituição a recorrer a doações para tentar fugir de um cenário deficitário.

Ah, as doações! O que seria da história das Obras Sociais Irmã Dulce sem a figura dos seus protetores? Pessoas anônimas, empresários, autoridades, enfim, anjos com que esperamos poder contar todos os dias, pois deles depende o futuro desse patrimônio que é de todos os brasileiros.

Mas como explicar, então, que essa mesma instituição, cujas doações representam apenas 3% de seus recursos, ainda tenha fôlego para manter 15 núcleos de atendimento e 1.005 leitos – repito, 1.005 leitos – à disposição da população, abrigando ainda um dos maiores complexos 100% SUS do Norte e Nordeste do País?

Enfim, como conceber que uma organização que já realiza um grande esforço para manter centros de excelência em saúde – como o Hospital Santo Antônio, Hospital da Criança, Centro Geriátrico e um Centro de Acolhimento a Pessoa com Deficiência, entre muitos outros – possa ainda encontrar condições para atender a população de baixa renda em outras áreas como educação, assistência social, pesquisa científica e ensino em saúde?

Esses centros de excelência poderiam fazer ainda mais e melhor para os nossos pacientes se dispuséssemos de uma boa estrutura tecnológica. Aqui fica o nosso apelo, em nome dos profissionais médicos, para que os senhores nos ajudem a inovar o nosso parque tecnológico, uma necessidade mais do que essencial para continuarmos a manter uma posição de referência, como a conquistada na área de ensino médico, onde dispomos de quinze programas em residências médicas, os quais atraem profissionais de todas as partes do País, interessados em vivenciar na prática o atendimento humanizado prestado pela instituição.

As respostas para esse milagre deixo para formulação no coração de cada um dos senhores e senhoras aqui presentes. E para ajudar nessa reflexão pessoal, convido todos, principalmente aqueles que ainda não tiveram a oportunidade, para visitar as Obras Sociais Irmã Dulce.

Por hora, estejam certos, para os que ali chegarem, seja pela primeira vez ou não, a comunhão de sensações e sentimentos costuma ser uma só: a de que o bem está sendo feito, de que é possível, sim, encontrar um pedacinho do céu aqui na terra e de que o melhor presente para a Irmã Dulce, em seu centenário, é aquele endereçado não a ela, mas ao seu pobre, ao doente, ao mais necessitado.

Obrigada a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Quero, antes de encerrar esta sessão, agradecer as autoridades e todos os que honraram este momento com suas presenças, registrar também a presença de dois Governadores de Estado, um deles representado pelo Deputado Duarte, Governador Geraldo Alckmin; Governador Jacques Wagner, da Bahia. Registro a presença de dois Ministros de Estado, Ministro César Borges, baiano – e também de Jequié –, juntamente com a Ministra Ideli. Quero registrar a importante participação dos Deputados e Senadores, como a presença da Senadora Ana Amélia, do Senador Eduardo Suplicy, do Líder do PSDB, do Líder da Minoria, Senador Mário Couto, que registra sua presença e faz registro, Senador Mário Couto, de sua chegada a este plenário no horário das duas horas e, portanto, confirmando seu compromisso com a abertura dos trabalhos, mas também trazendo sua homenagem a este Centenário.

Eu gostaria de, antes de encerrar, Maria Rita, dizer que a humanidade tem experimentado, por intermédio de algumas pessoas, aquilo que o apóstolo Paulo, por diversas vezes, até provocou – eu diria – seus irmãos em diversas partes, com as suas cartas ao povo. Em Filipos, ele chega a escrever uma das cartas que é, em minha opinião assim considero, uma bomba de alegria.

Alguém que escreve e não fala de tristeza, não fala de lamúria, não reclama da vida que leva, tampouco fala dos seus sofrimentos, mas dirige aquela carta aos filipenses falando de alegria. E Paulo se encontrava numa situação muito difícil. Paulo se encontrava preso quando escreveu aquela carta. No entanto, em nenhuma linha ele pede às pessoas algo para si.

Ele fala exatamente do servir ao outro e abre sua carta dizendo assim: “Entristecido, porém alegre”. Isso me lembra muito do episódio que Lídice da Mata acabou de contar aqui, numa relação de Irmã Dulce com um dos comerciantes de Salvador. Mesmo no momento de agressão, a devolução era uma palavra de carinho e uma busca pelo outro, e não para si.

Esse mesmo Apóstolo Paulo também escreve uma das cartas em que ele completa toda uma história de amor. Ele fala aos irmãos da igreja, em Corinto, exatamente dos desafios, de como ele se portarem, mas ele lembra que o maior de todos é o amor. De nada adianta falar, falar, e não viver.

Há uma expressão que o Apóstolo Paulo usava, e eu quero com isso, inclusive, encerrar e dizer que poucas pessoas aqui, Maria Rita, poucas pessoas na Terra puderam viver essa ousadia dessa provocação de Paulo, quando ele dizia o seguinte: “Não vivo eu, mas Cristo vive em mim.” Poucas pessoas puderam aqui dizer isso. E Irmã Dulce é uma das pessoas que, com certeza, pelo seu testemunho e não pelas suas palavras, não pelo anúncio dessa vida, mas pelas suas obras, pelo que ela executou, pelo que ela deixou exalar, pelo que ela transmitiu, podemos dizer verdadeiramente, conseguiu fazer isso que Paulo, com muita ousadia, fala.

Portanto, Irmã Dulce pôde exatamente expressar essa vida de Cristo, essa paz, essa transferência de amor, essa entrega. Irmã Dulce é uma das pessoas, que aqui entre nós pôde exatamente viver essa grande experiência de poder falar como o Apóstolo Paulo: “Não vivo eu, mas Cristo vive em mim”.

Essa é a homenagem que fazemos a alguém que, na sua passagem aqui pela Terra, pôde exatamente mostrar que esse amor ainda existe, que esse amor está vivo. Portanto, a sua obra precisa continuar para que essa palavra chegue agora em verbo, chegue à carne, chegue à vida das pessoas como verdadeira transformação, chegue com a fé, mas principalmente com as obras.

DISCURSOS ENCAMINHADOS À PUBLICAÇÃO NOS TERMOS DO ART. 203 DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL, PRIMEIRO SUBSIDIÁRIO DO REGIMENTO COMUM.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, tenho a grata honra de participar em nome do Partido Comunista do Brasil desta singela e justa homenagem à grande brasileira Irmã Dulce.

Seu exemplo de solidariedade nos é particularmente caro, pois para os comunistas a ação em defesa dos mais pobres, dos mais necessitados é pedra angular de nossa atuação.

Nascida no Bairro do Barbalho, em Salvador, no dia 26 de maio de 1914, filha do cirurgião-dentista Augusto Lopes Pontes e de Dulce Maria de Souza Brito Lopes Pontes, Maria Rita de Souza Brito Lopes Pontes – seu nome original – teve sua vida toda dedicada à causa dos mais pobres e carentes.

Com a morte da mãe, com apenas 7 anos, a menina foi morar com as tias e aos 13 anos descobriu a vocação religiosa. Em 1933, com apenas 19 anos, seguiu para o Município de São Cristóvão, interior de Sergipe, onde ingressou na Congregação das Irmãs Missionárias da Imaculada Conceição da Mãe de Deus. Lá se consagrou freira e passou a se chamar Irmã Dulce, em homenagem à mãe falecida.

Em 1934 retorna a Salvador onde inicia o trabalho de evangelização e cuidado com os mais pobres. Iniciou sua obra acolhendo doentes e desabrigados da Capital baiana e levando-os para o galinheiro do convento. A partir daí nasceu o que hoje é conhecido como Obras Sociais Irmã Dulce (OSID).

Irmã Dulce morreu em 13 de março de 1992, pouco tempo antes de completar 78 anos. Em 1999 o Vaticano inicia o processo de beatificação e canonização da freira.

Para além de sua importância para os católicos, destacamos aqui sua importância para o povo brasileiro.

Com perfil de serviço único no País, a instituição é uma espécie de holding social, formada por 17 núcleos que prestam assistência à população de baixa renda nas áreas de saúde, assistência social e educação, dedicando-se ainda à pesquisa científica, ao ensino médico, à preservação e difusão da história de Irmã Dulce e à gestão de unidades de saúde pública.

Nos últimos anos, administrada por Maria Rita, sobrinha da Irmã Dulce, a instituição vem ampliando o alcance de seus serviços e já ultrapassou a marca dos 4 milhões de atendimentos anuais a usuários do SUS, idosos, portadores de deficiências e de deformidades craniofaciais, pacientes sociais, crianças e adolescentes em situação de risco social.

A OSID é considerada pelo Ministério da Saúde como o maior complexo de atendimento 100% gratuito em saúde do Brasil e é responsável pelo maior volume de atendimentos em toda a estrutura do setor na Bahia.

Em tempos em que o individualismo ganha mentes e corações, inflado pela perversa desigualdade do capitalismo, o exemplo de Irmã Dulce é uma luz.

Que sua vida permaneça como exemplo para todos os brasileiros, como modelo de vida de doação e de respeito à dignidade humana.

Parabenizo também o corpo funcional da OSID, reafirmando o meu carinho e minha admiração pelo trabalho desenvolvido todos os dias nessa instituição. Era o que tinha a dizer. Muito obrigada.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Maioria/PMDB – AL. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, os 100 anos do nascimento de Irmã Dulce, uma das mais importantes, influentes e notórias ativistas humanitárias do Século Vinte, não poderiam deixar de ser homenageados pelo Senado em uma Sessão Solene.

Quase toda vida de Irmã Dulce foi dedicada a obras de caridade. Seu trabalho a favor dos mais necessitados de assistência médica e social foi se constituindo, ao longo dos anos, referência nacional, e ganhou repercussão em todo o mundo.

Por tudo que realizou nos seus anos de vida, seu nome encontra-se inscrito no rol daqueles que são sempre lembrados quando o tema é caridade e amor ao próximo. Para todos nós brasileiros é motivo de grande orgulho.

Tudo teve início quando em 26 de maio de 1914 nascia em Salvador, Maria Rita de Sousa Brito Lopes Pontes. Desde muito jovem, despontou sua vocação pela prática da caridade, ao abrigar doentes nas casas de seus pais. Já então demonstrava seu pendor para trabalhar em benefício da população carente.

O seu desejo de servir a Deus, levou-a a se ordenar freira aos 20 anos de idade. O seu desejo de ajudar os mais necessitados, levou-a a abrigar no galinheiro do Convento das Irmãs Missionárias da Imaculada Conceição da Mãe de Deus os doentes que perambulavam pelas ruas de sua cidade.

Em busca de alimentos, remédios e doações para seus abrigados Irmã Dulce atravessava a cidade, sem cansaço e sem medir esforços. As dificuldades enfrentadas eram compensadas pela sua disposição de salvar aquelas vidas humanas. Essa foi uma das suas principais ocupações anos a fio.

Pouco a pouco, contudo, o seu trabalho foi se tornando conhecido e reconhecido, e assim conquistou apoio de médicos, enfermeiros e muitos amigos sensibilizados com aquela frágil figura física e gigante de coração.

Irmã Dulce morreu em 13 de março de 1992, pouco tempo antes de completar 78 anos. Entretanto deixou gravado em nossas mentes e em nossos corações a determinação de quem fez da própria vida um instrumento vivo da fé, da esperança e da caridade, as três virtudes que fundamentam e animam o agir moral do cristão, e que vivificam todas as outras virtudes humanas.

Somente elas são capazes de tornar um ser humano comum, em um ser especial. É impossível dimensionar quantas vidas Irmã Dulce salvou e transformou com suas virtudes. Não importa mais saber quantas vidas tenham sido. Importa sempre que o seu exemplo nos inspire a olhar o próximo de maneira mais cristã, fraterna e solidária.

Muito obrigado.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco Maioria/PMDB – CE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras Senadoras e Srs. Senadores, há pessoas cuja vida transcende a mera condição humana. por isso hoje estamos aqui nesta sessão especial sobre o centenário do nascimento da Irmã Dulce – uma nordestina que, por sua perseverante dedicação aos mais necessitados, foi uma grande personalidade brasileira, reconhecida internacionalmente.

Sua memória nos enche de orgulho: ainda muito jovem, aos 13 anos, Maria Rita de Souza Brito Lopes Pontes, baiana de Salvador, já demonstrava vocação para a caridade, ao transformar a casa paterna em verdadeiro albergue para acolher doentes, mendigos e idosos abandonados que recolhia pelas ruas da capital baiana.

Uma vocação da qual nunca se afastou, e aos 20 anos foi ordenada freira na Congregação das Irmãs Missionárias da Imaculada Conceição da Mãe de Deus, na cidade de São Cristóvão, em Sergipe.

Passou a se chamar Irmã Dulce, em homenagem a sua mãe.

De volta à sua Salvador natal, recebeu a tarefa de ensinar às crianças do colégio mantido pela congregação na cidade baixa.

Sua vocação, no entanto, era a de estender a mão aos desvalidos, a quem não tinha nada.

Dizia: "O meu apostolado é o contato direto com o povo."

Os pobres e doentes da Bahia e do Nordeste, muitas vezes rejeitados pela sociedade, pelos hospitais e instituições de amparo, encontravam nas obras da Irmã Dulce um refúgio seguro, cuidados e um pouco de dignidade.

Para manter suas obras, muitas vezes bateu de porta em porta pedindo ajuda, dinheiro, aumentos. e chegou a ser expulsa dos arcos da Baixa do Bonfim e do Mercado do Peixe pela prefeitura de Salvador, locais que havia ocupado sem permissão para abrigar seus doentes no fim dos anos 1940.

Mas as dificuldades não desanimaram a mulher determinada e sempre disposta a prestar apoio a quem precisasse.

Foram 50 anos de trabalho incansável pelo próximo, até que a saúde fragilizada prendeu Irmã Dulce a um leito no Hospital Santo Antônio, que ela mesma havia fundado em 1949.

O amor que distribuiu, sua obra, seu exemplo de vida mereceram a visita do Papa João Paulo II, em 20 de outubro de 1991, que, contrariando a agenda oficial de sua estada no país, foi pessoalmente levar reconhecimento àquela que tantos havia consolado.

Aos 76 anos, a freirinha de corpo frágil e voz sumida, que recebeu a alcunha de Anjo Bom da Bahia, em seu quarto simples, cercada de pessoas que a amavam e do carinho do povo da Bahia e de todo o Brasil, deixou esta vida.

Seu legado é digno da grandiosidade de sua fé.

O Hospital Santo Antônio, que foi construído onde antes fora o galinheiro do Convento das Irmãs Missionárias da Imaculada Conceição da Mãe de Deus, é hoje centro de referência nas áreas de saúde e assistência social no estado da Bahia.

E esteve entre as "50 melhores entidades benfeitoras e sem fins lucrativos do Brasil" segundo a Kanitz & Associados, nos anos de 1997, 2000, 2004 e 2006, recebendo da Espanha o Prêmio Rainha Sofia de Reabilitação e Integração em 2007, entre outros reconhecimentos.

Recordo ainda, rapidamente, outra criação de Irmã Dulce, o Círculo Operário da Bahia, financiado por três cinemas que a religiosa havia construído com o apoio do Frei Hildebrando Kruthanp.

O círculo, inaugurado em 1948, com a presença do então Presidente do Brasil, Eurico Gaspar Dutra, oferecia à população da periferia de Salvador serviços como consultórios médicos, dentários, farmácia, cursos de corte e costura, sapataria, alfaiataria e marcenaria.

No prédio do COB, em 1950, criou o SAC, Serviço de Alimentação do Comerciário, preocupada com a alimentação dos trabalhadores pobres, iniciativa pioneira que hoje vemos disseminada em bandejas e restaurantes populares.

Por toda a sua obra, a Irmã Dulce recebeu o reconhecimento pela indicação ao Prêmio Nobel da Paz, em 1988, pelo então Presidente José Sarney; foi agraciada com o título de "a religiosa do século XX", outorgado pela revista Isto É em 2001, e entrou para a lista dos "12 maiores brasileiros de todos os tempos", criada pelo SBT em 2012.

A beata Dulce dos pobres dedicou sua vida ao atendimento das necessidades de baianos e nordestinos esquecidos, foi um exemplo de caridade e doação.

Natural portanto, o reconhecimento da Igreja Católica que lhe veio pela beatificação, em 2011, pelo Papa Bento XVI.

Cumprimento a esta Casa pela oportunidade de comemorar, nesta sessão especial, o centenário dessa religiosa infatigável que, com humildade e trabalho, deixou seu nome marcado na história do nosso Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Declaro encerrada esta sessão de homenagem ao Centenário da nossa Irmã Dulce. (*Palmas.*)

(Levanta-se a sessão às 14 horas e 41 minutos.)

COMISSÕES MISTAS

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO (Resolução nº 1/2006-CN)

Processado referente à **composição de 2014: OFN nº 10/2014**

Número de membros: 11 Senadores e 33 Deputados ²

COMPOSIÇÃO ³

Presidente: Deputado Devanir Ribeiro (PT/SP) ⁵
1º Vice-Presidente: Senador Flexa Ribeiro (PSDB/PA) ⁵
2º Vice-Presidente: Deputado Luiz Fernando Machado (PSDB/SP) ⁵
3º Vice-Presidente: Senador Antônio Carlos Rodrigues (PR/SP) ⁵

Relator do PLDO / 2015: Senador Vital do Rêgo (PMDB/PB) ⁷

Relator do PLOA / 2015: Senador Romero Jucá (PMDB/RR)

Relator da Receita: Deputado Pedro Uczai (PT/SC)

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PSD / PV)	
Eunício Oliveira (PMDB/CE)	1. João Alberto Souza (PMDB/MA)
Romero Jucá (PMDB/RR)	2. Vital do Rêgo (PMDB/PB)
Waldemir Moka (PMDB/MS)	3. Valdir Raupp (PMDB/RO) ⁴
Ana Amélia (PP/RS)	4.
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PDT / PCdoB / PSOL)	
Gleisi Hoffmann (PT/PR)	1. João Capiberibe (PSB/AP)
Jorge Viana (PT/AC)	2. Angela Portela (PT/RR)
Zeze Perrella (PDT/MG)	3. Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)	
Cyro Miranda (PSDB/GO)	1. Ruben Figueiró (PSDB/MS)
Flexa Ribeiro (PSDB/PA)	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB / PR / PSC / PRB)	
Antonio Carlos Rodrigues (PR/SP)	1. Gim (PTB/DF)
Mozarildo Cavalcante (PTB/RR) ⁶	2.
SD ¹	
Vicentinho Alves (SD/TO)	1. Ataídes Oliveira (PROS/TO)

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Uma vaga acrescida ao Senado Federal e três vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

3- Designação na Sessão do Senado Federal de 19-3-2014.

4- Designado o Senador Valdir Raupp, como membro suplente, em substituição ao Senador Luiz Henrique, em 24-3-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 58 de 2014, da Liderança do PMDB.

5- Mesa eleita em 25-3-2014.

6- Designado o Senador Mozarildo Cavalcante, como membro titular, em substituição ao Senador Marcelo Crivella, em 15-4-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 59 de 2014, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força.

7- Nos termos do Of. Pres. N. 87/2014/CMO, do Presidente da CMO.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Beto Faro (PT/PA)	1. Assis Carvalho (PT/PI)
Devanir Ribeiro (PT/SP)	2. Geraldo Simões (PT/BA) ¹⁷
Luiz Alberto (PT/BA)	3. Cláudio Puty (PT/PA) ⁹
Pedro Uczai (PT/SC)	4. Reginaldo Lopes (PT/MG)
Waldenor Pereira (PT/BA)	5. Ronaldo Zulke (PT/RS)
PMDB	
Alexandre Santos (PMDB/RJ)	1. Alceu Moreira (PMDB/RS)
Geraldo Resende (PMDB/MS)	2. João Magalhães (PMDB/MG) ⁶
Gastão Vieira (PMDB/MA) ⁶	3. Hermes Parcianello (PMDB/PR) ¹¹
Sandro Mabel (PMDB/GO) ⁶	4.
Lucio Vieira Lima (PMDB/BA) ¹¹	5.
PSDB	
Luiz Fernando Machado (PSDB/SP)	1. Izalci (PSDB/DF) ¹²
Nilson Leitão (PSDB/MT)	2. Cesar Colnago (PSDB/ES) ¹⁶
Rodrigo de Castro (PSDB/MG)	3.
PSD	
Eduardo Sciarra (PSD/PR)	1. Eliene Lima (PSD/MT)
Jaime Martins (PSD/MG)	2. Roberto Dorner (PSD/MT)
Urzeni Rocha (PSD/RR) ⁵	3. Moreira Mendes (PSD/RO) ⁵
PP	
Betinho Rosado (PP/RN)	1. Aline Corrêa (PP/SP)
João Leão (PP/BA) ¹⁰	2. Lázaro Botelho (PP/TO)
Vilson Covatti (PP/RS)	3. Sandes Júnior (PP/GO)
PR	
Luciano Castro (PR/RR)	1. João Carlos Bacelar (PR/BA)
Milton Monti (PR/SP)	2. João Maia (PR/RN)
PSB	
Alexandre Toledo (PSB/AL)	1. Alexandre Roso (PSB/RS)
Sandra Rosado (PSB/RN)	2. Paulo Foleto (PSB/ES)
DEM	
Felipe Maia (DEM/RN)	1. Carlos Melles (DEM/MG) ¹³
Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO)	2.
SD	
Henrique Oliveira (SD/AM) ⁸	1. Benjamin Maranhão (SD/PB) ⁸
PTB	
Wilson Filho (PTB/PB)	1. Arnon Bezerra (PTB/CE)
Bloco Parlamentar (PV / PPS)	
Paulo Wagner (PV/RN) ¹⁴	1. Arnaldo Jardim (PPS/SP)
PROS	
Givaldo Carimbão (PROS/AL) ⁷	1. Dr. Jorge Silva (PROS/ES) ⁷
PDT	
Félix Mendonça Júnior (PDT/BA)	1. Marcos Rogério (PDT/RO)
PCdoB	
Daniel Almeida (PCdoB/BA)	1. João Ananias (PCdoB/CE)
PSC	
Silvio Costa (PSC/PE)	1. Filipe Pereira (PSC/RJ) ¹⁵

PRB	
Cleber Verde (PRB/MA)	
PSOL¹	
Ivan Valente (PSOL/SP) ⁴	Chico Alencar (PSOL/RJ) ⁴

Notas:

- 1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.
- 2- Uma vaga acrescida ao Senado Federal e três vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.
- 3- Designação na Sessão do Senado Federal de 19-3-2013.
- 4- Designados, como membro titular, o Deputado Ivan Valente e, como membro suplente, o Deputado Chico Alencar em vagas existentes, em 19-3-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 10 de 2014, da Liderança do PSOL.
- 5- Designados, o Deputado Urzeni Rocha, como membro titular, em substituição ao Deputado Moreira Mendes, que passa à condição de suplente, em 26-3-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 197 de 2014, da Liderança do PSD.
- 6- Designados os Deputados Sandro Mabel e Gastão Vieira, como titulares, e o Deputado João Magalhães, como suplente, em vagas existentes, em 27-3-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme os Ofícios nos 241 e 242, de 2014, da Liderança do PMDB.
- 7- Designado o Deputado Givaldo Carimbão, como membro titular, em vaga existente, e o Deputado Dr. Jorge Silva, como membro suplente, em substituição ao Deputado Miro Teixeira, em 2-4-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 38 de 2014, da Liderança do PROS.
- 8- Designados os Deputados Henrique Oliveira, como membro titular, e Benjamin Maranhão, como suplente, em vagas existentes, em 2-4-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 90 de 2014, da Liderança do SD.
- 9- Designado o Deputado Cláudio Puty, como membro suplente, em substituição ao Deputado Marco Maia, em 2-4-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 307 de 2014, da Liderança do PT.
- 10- Designado o Deputado João Leão, como membro titular, em substituição ao Deputado Dimas Fabiano, em 2-4-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 182 de 2014, da Liderança do PP.
- 11- Designados o Deputado Hermes Parcianello, como membro suplente, e o Deputado Lucio Vieira Lima, como membro titular, em vagas existentes, em 2-4-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme os Ofícios nºs 278 e 279, de 2014, respectivamente, da Liderança do PMDB.
- 12- Designado o Deputado Izalci, como membro suplente, em vaga existente, conforme o Ofício nº 414 de 2014, da Liderança do PSDB.
- 13- Designado o Deputado Carlos Melles, como membro suplente, em vaga existente, em 10-4-2014 (Senado Federal), conforme o Ofício nº 142 de 2014, da Liderança do DEM.
- 14- Designado o Deputado Paulo Wagner, como membro titular, em substituição ao Deputado Eurico Júnior, em 10-4-2014 (Senado Federal), conforme o Ofício nº 142 de 2014, das Lideranças do PPS e do PV.
- 15- Designado o Deputado Filipe Pereira, como membro suplente, em vaga existente, em 14-4-2014 (Senado Federal), conforme o Ofício nº 152 de 2014, da Liderança do PSC.
- 16- Designado o Deputado Cesar Colnago, como suplente, em vaga existente, em 30-4-2014 (Senado Federal), conforme o Ofício nº 492, de 2014, da Liderança do PSDB.
- 17- Designado o Deputado Geraldo Simões, como membro suplente, em substituição ao Deputado Márcio Macedo, em 13-5-2014 (Senado Federal), conforme o Ofício nº 528, de 2014, da Liderança do PT.

Secretaria: Maria do Socorro de L. Dantas
Telefones: (61) 3216-6892 / 3216-6893

Fax: (61) 3216-6905

E-mail: cmo@camara.gov.br

Local: Câmara dos Deputados, Anexo Luis Eduardo Magalhães (Anexo II), Ala "C" – Sala 08 – Térreo
Endereço na Internet: www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-mistas/cmo

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

Relator do PLDO / 2014: Senador Vital do Rêgo (PMDB/PB)

Relator do PLOA / 2014: Senador Romero Jucá (PMDB/RR)

Relator da Receita: Deputado Pedro Uczai (PT/SC)

RELATORES SETORIAIS DO PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2014

ÁREA TEMÁTICA	RELATOR SETORIAL
I – Infraestrutura	Deputado Waldenor Pereira (PT/BA)
II – Saúde	Senador Jorge Viana (PT/AC)
III – Integração Nacional e Meio Ambiente	Deputado Rodrigo de Castro (PSDB/MG)
IV – Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Esporte	Senador Cyro Miranda (PSDB/GO)
V – Planejamento e Desenvolvimento Urbano	Senador Waldemir Moka (PMDB/MS)
VI – Fazenda, Desenvolvimento e Turismo	Deputado Geraldo Resende (PMDB/MS)
VII – Justiça e Defesa	Senador Antônio Carlos Rodrigues (PR/SP)
VIII – Poderes do Estado e Representação	Deputado João Leão (PP/BA)
IX – Agricultura e Desenvolvimento Agrário	Deputado Eduardo Sciarra (PSD/PR)
X – Trabalho, Previdência e Assistência Social	Deputado João Carlos Bacelar (PR/BA)

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO**I – COMITÊ DE AVALIAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – CFIS****COMPOSIÇÃO**

Coordenador:

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO**II – COMITÊ DE AVALIAÇÃO DA RECEITA – CAR****COMPOSIÇÃO****Coordenador:****Senado Federal**

Bloco / Partido	Membros

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO**III – COMITÊ DE AVALIAÇÃO DAS INFORMAÇÕES SOBRE OBRAS E SERVIÇOS COM INDÍCIOS DE IRREGULARIDADES GRAVES – COI****COMPOSIÇÃO****Coordenador:****Senado Federal**

Bloco / Partido	Membros

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO**IV – COMITÊ DE ADMISSIBILIDADE DE EMENDAS – CAE****COMPOSIÇÃO****Coordenador:****Senado Federal**

Bloco / Partido	Membros

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros

COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS – CMMC

(Criada pela Resolução nº 4/2008-CN)

Número de membros: 13 Senadores e 13 Deputados²¹

COMPOSIÇÃO

Presidente:	Deputado Alfredo Sikis (PSB/RJ) ^{15, 20, 27, 39 e 40}
Vice-Presidente:	Senador Inácio Arruda (PCdoB/CE) ^{15, 20, 27, 39 e 40}
Relator:	Senador Valdir Raupp (PMDB/RO) ^{16, 20, 27, 39 e 40}
	Instalação: 9-4-2014 ^{15, 20, 27 e 40}

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PDT / PCdoB / PRB)	
Jorge Viana (PT/AC) ⁷	1. Wellington Dias (PT/PI) ⁷
Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM) ^{7, 13 e 17}	2. Lindbergh Farias (PT/RJ) ⁷
Blairo Maggi (PR/MT) ^{7, 23, 26 e 37}	3. Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) ⁷
Cristovam Buarque (PDT/DF) ⁷	4. ^{7 e 17}
Inácio Arruda (PCdoB/CE) ^{22 e 36}	5. ²²
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PSD)	
Valdir Raupp (PMDB/RO) ^{3, 14, 29, 33 e 35}	1. Vital do Rêgo (PMDB/PB) ^{3 e 29}
Eduardo Braga (PMDB/AM) ^{3 e 29}	2. Romero Jucá (PMDB/RR) ^{3 e 29}
Ciro Nogueira (PP/PI) ^{3, 11, 12 e 29}	3. ^{3, 29}
Sérgio Petecão (PSD/AC) ^{3, 18 e 29}	4. ^{3, 19 e 29}
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP) ²	1. Jayme Campos ^{2, 24 e 34}
Wilder Morais (DEM/GO) ^{6, 10 e 25}	2. ^{6, 10, 28, 30, 31 e 32}
Bloco Parlamentar União e Força (PTB / PR / PSC)	
João Vicente Claudino (PTB/PI) ^{4 e 29}	1. ^{8, 9 e 12}
Cidinho Santos (PR/MT) ³⁸	2.
PSOL¹	
Randolfe Rodrigues (PSOL/AP) ^{5 e 29}	1.

Notas:

- 1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.
- 2- Designados os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Cyro Miranda em 18-2-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 35/2011, da Liderança do PSDB.
- 3- Designados os Senadores Ricardo Ferraço, Eduardo Braga, Pedro Simon, Sérgio Petecão, Vital do Rêgo, Romero Jucá, Renan Calheiros e Wilson Santiago em 18-2-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 47/2011, da Liderança do PMDB.
- 4- Designado o Senador João Vicente Claudino em 2-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 55/2011, da Liderança do PTB.
- 5- Designado o Senador Randolfe Rodrigues em 2-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 65/2011, da Liderança do PSOL.
- 6- Designados os Senadores Kátia Abreu e Jayme Campos em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 26/2011, da Liderança do DEM.
- 7- Designados Senadores Jorge Viana, João Pedro, Blairo Maggi, Cristovam Buarque, Wellington Dias, Lindbergh Farias, Antonio Carlos Valadares e Vanessa Grazziotin em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 34/2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.
- 8- Em 28-3-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 70/2011, da Liderança do PTB, cedendo provisoriamente, ao PP, a vaga de suplente.
- 9- Designado o Senador Ciro Nogueira, para vaga cedida pelo PTB, em 29-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 21/2011, da Liderança do PP.
- 10- Designado o Senador Jayme Campos, como membro titular, em substituição à Senadora Kátia Abreu, e o Senador José Agripino, como membro suplente, em substituição ao Senador Jayme Campos, em 5-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 32/2011, da Liderança do DEM.
- 11- Em 27-4-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 115/2011, da Liderança do PMDB, comunicando a retirada do nome do Senador Pedro Simon.
- 12- Designado o Senador Ciro Nogueira em 28-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 130/2011, da Liderança do PMDB.
- 13- Vago em razão da reassunção do titular, Senador Alfredo Nascimento, em 7-7-2011.
- 14- Designado o Senador Sérgio Souza em 25-8-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 236/2011, da Liderança do PMDB.
- 15- Comissão instalada em 30-8-2011 (Sessão do Senado Federal); eleitos Presidente e Vice-Presidente, conforme Ofício nº 1/2011-CMMC.
- 16- Ofício nº 6/2011-CMMC, publicado no DSF de 22-9-2011.
- 17- Designada a Senadora Vanessa Grazziotin em 20-10-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 130/2011 – GLDBAG, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.

- 18-** Em 1-11-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lida comunicação do Senador Sérgio Petecão, informando a sua filiação ao Partido Social Democrático – PSD.
- 19-** Em 8-11-2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago (PMDB/PB) ter deixado o mandato.
- 20-** Comissão instalada em 10-4-2012, eleitos Presidente, Vice-Presidente e Relator, conforme Ofício nº 2/2012-CMMC.
- 21-** Duas vagas acrescidas ao Senado Federal e duas vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.
- 22-** Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.
- 23-** O Senador Blairo Maggi licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 130 dias, a partir de 9-8-2012, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725, de 2012, aprovados na Sessão do Senado Federal de 7-8-2012.
- 24-** Lido na Sessão do Senado Federal de 9-8-2012 o Ofício nº 135, da Liderança do PSDB, comunicando a retirada do nome do Senador Cyro Miranda como membro suplente.
- 25-** Designado o Senador Wilder Morais, como membro titular, em substituição ao Senador Jayme Campos, em 7-11-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 76/2012, da Liderança do DEM no Senado Federal.
- 26-** Senador Blairo Maggi reassume o cargo de senador, em 17.12.2012, após licença (Of. GSBMAG nº 068/2012).
- 27-** Comissão instalada em 27-2-2013, eleitos Presidente Senadora Vanessa Grazziotin, Vice-Presidente Deputado Fernando Ferro e Relator Deputado Sarney Filho, conforme Ofício nº 3/2013-CMMC, lido na Sessão do Senado Federal de 4-3-2013.
- 28-** Designado o Senador Jayme Campos, como membro suplente, em substituição ao Senador José Agripino, em 7-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 12, de 2013, da Liderança do Democratas – DEM.
- 29-** Ratificadas as indicações constantes nos ofícios nºs 54, 32 e 78, todos de 2013, das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força, Partido Socialismo e Liberdade – PSOL e do Bloco Parlamentar da Maioria, respectivamente, em 22-3-2013 (Sessão do Senado Federal).
- 30-** O Senador Jayme Campos licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 132 dias, a partir de 13-9-2013, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na Sessão do Senado Federal de 10-9-2013.
- 31-** Designado o Senador Osvaldo Sobrinho, como membro suplente, em substituição ao Senador Jayme Campos, em 19-9-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força e dos Democratas.
- 32-** Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 13-1-2014.
- 33-** Vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann, em 3-2-2014.
- 34-** Designado o Senador Jayme Campos, como membro suplente, em vaga existente, em 5-2-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 2, de 2014, da Liderança do Democratas – DEM.
- 35-** Designado o Senador Valdir Raupp, como membro titular, em vaga existente, em 5-2-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 22, de 2014, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria.
- 36-** Designado o Senador Inácio Arruda, como membro titular, em vaga existente, em 19-2-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 19, de 2014, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.
- 37-** O Senador Blairo Maggi licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 127 dias, a partir de 13-3-2013, conforme os Requerimentos nºs 184 e 185, de 2014, aprovados na Sessão do Senado Federal de 11-3-2012.
- 38-** Designado o Senador Cidinho Santos, como membro titular, em vaga existente, em 13-3-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 22, de 2014, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força.
- 39-** Vago (arts. 5º e 6º da Resolução nº 4, de 2008-CN).
- 40-** Comissão instalada em 9-4-2014, eleitos Presidente Deputado Alfredo Sirkis, Vice-Presidente Senador Inácio Arruda e Relator Senador Valdir Raupp, conforme Ofício nº 003/2014-CMMC (lido em 16/4/2014 - SF)

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Fernando Ferro (PT/PE) ²	1. ^{2 19}
Márcio Macêdo (PT/SE) ²	2. Leonardo Monteiro (PT/MG) ²
PMDB	
Valdir Colatto (PMDB/SC) ^{2, 5 e 6}	1. Colbet Martins (PMDB/BA) ^{2 e 22}
André Zacharow (PMDB/PR) ^{2, 9 e 10}	2. Adrian (PMDB/RJ) ¹⁰
PSD	
Hugo Napoleão (PSD/PI) ^{14 e 15}	1. Felipe Bornier (PSD/RJ) ^{14 e 25}
Thiago Peixoto (PSD/GO) ^{14 e 25}	2. ¹⁴
PSDB	
Ricardo Tripoli (PSDB/SP) ^{2, 11 e 20}	1. Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB/SP) ^{2 e 20}
PP	
Gladson Cameli (PP/AC) ^{2 e 21}	1. Luís Carlos Heinze (PP/RS) ^{2 e 21}
DEM	
Rodrigo Maia (DEM/RJ) ²	1. ^{2 e 8}
PR	
Gorete Pereira (PR/CE) ^{2, 18 e 24}	1. ^{2, 12 e 18}
PSB	
Alfredo Sirkis (PSB/RJ) ^{2, 17 e 23}	1. Janete Capiberibe (PSB/AP) ^{2, 7, 13, 17}
PDT	
Giovani Cherini (PDT/RS) ²	1. Miro Teixeira (PDT/RJ) ²
Bloco Parlamentar (PV / PPS)	
Sarney Filho (PV/MA) ^{2 16}	1. ^{2 16}
PTB¹	
Jandira Feghali (PCdoB/RJ) ^{2 e 3}	1. Arnaldo Jardim (PPS/SP) ⁴

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designados os Deputados Fernando Ferro, Márcio Macêdo, Mendes Ribeiro Filho, Moacir Micheletto, Antonio Carlos Mendes Thame, José Otávio Germano, Rodrigo Maia, Anthony Garotinho, Luiz Noé, Giovani Cherini, Alfredo Sirkis, Jandira Feghali, Francisco Praciano, Leonardo Monteiro, Celso Maldaner, Ricardo Tripoli, Rebecca Garcia, Walter Ihoshi, Paulo César, Domingos Neto, Miro Teixeira e Sarney Filho, em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 300/2011, do Presidente da Câmara dos Deputados.

3- Em 22-3-2011, vaga de membro titular destinada ao PTB, cedida ao PCdoB.

4- Cedida vaga ao PPS, e Designado o Deputado Arnaldo Jardim, em 5-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 123/2011, da Liderança do PTB.

5- Vago em razão do afastamento do Deputado Mendes Ribeiro Filho em 23-8-2011, nos termos do art. 230 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

6- Designado o Deputado Valdir Colatto, em substituição ao Deputado Mendes Ribeiro Filho, em 21-9-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1043/2011, da Liderança do PMDB.

7- Vago em razão do desligamento do Deputado Domingos Neto, em 22-9-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício OF.B/130/11, da Liderança do Bloco PSB, PTB e PCdoB.

8- Em 3-1-2012, vago em razão do afastamento do Deputado Walter Ihoshi (PSD/SP), nos termos do artigo 230, § 2º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

9- Em 30-1-2012, vago em razão do falecimento do Deputado Moacir Micheletto (PMDB/PR), nos termos do art. 238, inciso I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

10- Em 16-3-2012 (Sessão do Senado Federal), foram designados os Deputados André Zacharow, como membro titular, e Adrian, como membro suplente, conforme Ofícios nº s 184/2012 e 183/2012, ambos da Liderança do PMDB.

11- Em 9-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Antonio Imbassahy, em substituição ao Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, conforme Ofício nº 401/2012, da Liderança do PSD.

12- Em 12-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Bernardo Santana De Vasconcellos, em substituição ao Deputado Dr. Paulo César, conforme Ofício nº 224/2012, da Liderança do Bloco PR/PTdoB/PRP/PHS/PTC/PSL/PRTB.

13- Em 12-7-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Glauber Braga, como membro suplente, conforme Ofício nº 117/2012, da Liderança do PSB.

14- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

15- Em 7-8-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Hugo Napoleão, como membro titular, conforme Ofício nº 812, de 2012, do Líder do PSD.

16- Designado como membro titular o Deputado Sarney Filho, em substituição ao Deputado Alfredo Sirkis e, como membro suplente, o Deputado Alfredo Sirkis, em substituição ao Deputado Sarney Filho, em 4-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofícios nºs 30 e 31, de 2013, da Liderança do PV.

17- Designado o Deputado Glauber Braga, como membro titular, em substituição ao Deputado Luiz Noé, e a Deputada Janete Capiberibe, como membro suplente, em substituição ao Deputado Glauber Braga, em 12-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 31, de 2013, da Liderança do Partido Socialista Brasileiro - PSB.

18- Designado o Deputado Bernardo Santana de Vasconcellos, como membro titular, em substituição ao Deputado Anthony Garotinho, em 20-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 126, de 2013, da Liderança do PR.

19- Vago em virtude do desligamento do Deputado Francisco Praciano (PT/AM), em 4-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 294, de 2013, da Liderança do PT.

20- Em 22-5-2013 (Sessão do Senado Federal), foi designado, como membro titular, o Deputado Ricardo Tripoli, em substituição ao Deputado Antonio Imbassahy; e como membro suplente, o Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, em substituição ao Deputado Ricardo Tripoli, conforme os Ofícios nos 535 e 536, de 2013, da Liderança do PSDB.

21- Designado o o Deputado Gladson Cameli, como membro titular, em substituição ao Deputado José Otávio Germano; e o Deputado Luís Carlos Heinze, como membro suplente, em substituição à Deputada Rebecca Garcia, em 4-6-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 278, de 2013, da Liderança do PP.

22- Designado o Deputado Colbert Martins, como membro suplente, em substituição ao Deputado Celso Maldaner, em 9-7-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 634, de 2013, da Liderança do PMDB.

23- Designado o Deputado Alfredo Syrkis, como membro titular, em substituição ao Deputado Glauber Braga, em 5-2-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 5, de 2014, da Liderança do PSB.

24- Em 26-3-2014 (Sessão do Senado Federal), foi designado, como membro titular, a Deputada Gorete Pereira, em substituição ao Deputado Bernardo Santana de Vasconcellos, conforme o Ofício nº 84, de 2014, da Liderança do PR.

25- Designados os Deputados Thiago Peixoto, como membro titular, e Felipe Bornier, como membro suplente, conforme o Ofício nº 274 de 2014, da Liderança do PSD.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho

Telefone: (61) 3303-3122

E-mail: mudancasclimaticas@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Bloco A, Ala Alexandre Costa – Sala 15 – Subsolo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/comissoes/comissao.asp?origem=CN&com=1450

**COMISSÃO MISTA REPRESENTATIVA DO CONGRESSO NACIONAL NO FÓRUM INTERPARLAMENTAR
DAS AMÉRICAS – FIPA**
(Criada pela Resolução nº 2/2007-CN)

Número de membros: 11 Senadores e 11 Deputados¹

COMPOSIÇÃO

Presidente: _____
Vice-Presidente: _____

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PCdoB/PRB)	
	1.
	2.
	3.
	4.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD)	
Roberto Requião (PMDB/PR) ⁵	1.
	2.
	3.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM)	
Wilder Morais (DEM/GO) ³	1. Jayme Campos (DEM/MT) ^{3, 6, 7, 8 e 9}
	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC)	
	1.
	2.
PSOL²	
Randolfe Rodrigues (PSOL/AP) ⁴	1.

Notas:

- 1- Uma vaga acrescida ao Senado Federal e uma vaga acrescida à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.
- 2- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.
- 3- Designado, como membro titular, o Senador Wilder Morais e, como membro suplente, o Senador Jayme Campos, em 21-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 18, de 2013, da Liderança do DEM.
- 4- Designado, como membro titular, o Senador Randolfe Rodrigues, em 21-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 41, de 2013, da Liderança do PSOL.
- 5- Designado o Senador Roberto Requião, como membro titular, em 25-3-2013 (Sessão do Senado Federal), de conformidade com o Ofício nº 129 de 2013, da Liderança do PMDB.
- 6- O Senador Jayme Campos licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 132 dias, a partir de 13-9-2013, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na Sessão do Senado Federal de 10-9-2013.
- 7- Designado o Senador Osvaldo Sobrinho, como membro suplente, em substituição ao Senador Jayme Campos, em 19-9-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força e dos Democratas.
- 8- Vago em virtude do o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 13-1-2014.
- 9- Designado o Senador Jayme Campos, como membro suplente, em 5-2-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 002, de 2014, da Liderança do Democratas.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA – CCAI

(Art. 6º da Lei nº 9.883/1999)
(Resolução nº 2, de 2013-CN)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador Ricardo Ferraço (PMDB/ES) ^{4, 10}

Vice-Presidente: Deputado Eduardo Barbosa (PSDB/MG) ^{4, 10}

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL EDUARDO BARBOSA (PSDB-MG) ⁶	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL RICARDO FERRAÇO (PMDB-ES) ¹
LÍDER DA MAIORIA VICENTINHO (PT-SP)	LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB-CE) ²
LÍDER DA MINORIA DOMINGOS SÁVIO (PSDB-MG)	LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR MINORIA WILDER MORAIS (DEM-GO) ^{3 e 7}
DEPUTADO INDICADO PELA LIDERANÇA DA MAIORIA NELSON PELLEGRINO (PT/BA) ¹²	SENADOR INDICADO PELA LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA WALDEMIR MOKA (PMDB-MS) ⁵
DEPUTADO INDICADO PELA LIDERANÇA DA MINORIA LUIZ CARLOS HAULY (PSDB/PR) ⁹	SENADOR INDICADO PELA LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR MINORIA
DEPUTADO ELEITO PELA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL HUGO NAPOLEÃO (PSD/PI) ¹¹	SENADOR ELEITO PELA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL MOZARILDO CAVALCANTI (PTB/RR) ⁸

Notas:

1- Em 27.02.2013, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal elegeu o Senador Ricardo Ferraço como Presidente do colegiado (OF. nº 001/2013 – CRE).

2- Em 01.02.2013, o Senador Eunício Oliveira é designado Líder do Bloco Parlamentar da Maioria para o biênio 2013-2014, conforme Of. GLPMDB nº 009/2013.

3- Em 01.02.2013, foi lido expediente comunicando a indicação do Senador Mário Couto como Líder do Bloco Parlamentar da Minoria.

4- O Deputado Nelson Pellegrino assumiu a presidência em 10.04.2013, conforme alternância estabelecida na 1ª Reunião da Comissão, realizada em 18.08.2001. Na mesma reunião, o Senador Ricardo Ferraço assumiu a vice-presidência.

5- Em 13.2.2014, o Senador Waldemir Moka é indicado pela Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria no Senado Federal, conforme Of. GLPMDB nº 033/2014.

6- Eleito Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados em 26.02.2014.

7- Em 12.03.2014, foi lido expediente comunicando a indicação do Senador Wilder Moraes como Líder do Bloco Parlamentar da Minoria.

8- Em 17.3.2014, o Senador Mozarildo Cavalcanti é indicado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional no Senado Federal, conforme Ofício nº 038/2014 - CRE.

9- Em 19.3.2014, o Deputado Luiz Carlos Hauly é indicado pela Liderança da Minoria na Câmara dos Deputados, conforme o Ofício nº 7, de 2014.

10- Em 20-3-2014 o Senador Ricardo Ferraço assume a presidência, e o Deputado Eduardo Barbosa a vice-presidência, nos termos do art. 7º da Resolução nº 2, de 2013-CN, conforme Ofício nº 1, de 2014, do Presidente da CCAI.

11- Em 7-4-2014, o Deputado Hugo Napoleão é indicado pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional na Câmara dos Deputados, conforme Ofício nº 018/2014 - CREDN.

12- Designado o Deputado Nelson Pellegrino, em vaga destinada à Maioria da Câmara dos Deputados, em 15-4-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 255, de 2014, da Liderança do PT.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Comissões (SCOM)
Diretor: Flávio Roberto de Almeida Heringer
Telefones: (61) 3303-3487 / 3303-4440
E-mail: scomgab@senado.gov.br
Endereço na Internet: www.senado.gov.br/ccai

COMISSÃO PERMANENTE MISTA DE COMBATE À VIOLENCIA CONTRA A MULHER – CMCVM
 (Resolução nº 1, de 2014-CN)

Número de membros: 12 Senadores e 31 Deputados¹

COMPOSIÇÃO

Presidente:

Vice-Presidente:

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV)	
Kátia Abreu (PMDB/TO) ⁵	1. Jarbas Vasconcelos (PMDB/PE) ⁵
Ana Amélia (PP/RS) ⁵	2. Sérgio Petecão (PSD/AC) ⁵
Ricardo Ferrão (PMDB/ES) ⁵	3.
Paulo Davim (PV/RN) ⁵	4.
Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PCdoB/PSOL)	
Ana Rita (PT/ES) ⁴	1. Cristovam Buarque (PDT/DF) ⁴
Angela Portela (PT/RR) ⁴	2. João Capiberibe (PSB/AP) ⁴
Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM) ⁴	3. Eduardo Suplicy (PT/SP) ⁴
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM)	
	1. Lúcia Vânia ³
	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PRB)	
Eduardo Amorim (PSC/SE) ⁶	1. Gim (PTB/DF) ⁶
Mozarildo Cavalcanti (PTB/RR) ⁶	2.
PROS²	
	1.

Notas:

1- Uma vaga acrescida ao Senado Federal e quatro vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

2- Vaga destinada ao rodízio, nos termos do art. 10-A do Regimento Comum.

3- Designada, como membro suplente, a Senadora Lúcia Vânia, em 25-2-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 14 de 2014, da Liderança do PSDB no Senado Federal.

4- Designadas as Senadoras Ana Rita, Angela Portela e Vanessa Grazziotin, como membros titulares; e os Senadores Cristovam Buarque, João Capiberibe e Eduardo Suplicy, como membros suplentes, em 26-2-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 21 de 2014, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo no Senado Federal.

5- Designadas as Senadoras Kátia Abreu e Ana Amélia e os Senadores Ricardo Ferrão e Paulo Davim, como membros titulares; e os Senadores Jarbas Vasconcelos e Sérgio Petecão, como membros suplentes, em 12-3-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 38 de 2014, da Liderança do PMDB e do Bloco da Maioria no Senado Federal.

6- Designados como membros titulares, os Senadores Eduardo Amorim e Mozarildo Cavalcanti e, como membro suplente, o Senador Gim, em 18-3-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 38 de 2014, da Liderança do PMDB e do Bloco da Maioria no Senado Federal.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
------------------	------------------

COMISSÃO MISTA DE ASSUNTOS RELACIONADOS À COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA - CMCPPLP
 (Resolução nº 2, de 2014-CN)

Número de membros: 4 Senadores e 6 Deputados ¹

COMPOSIÇÃO

Presidente:

Vice-Presidente:

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV)	
	1.
Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PCdoB/PSOL)	
	1.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM)	
	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PRB) ²	
	1.

Notas:

- 1- Uma vaga acrescida ao Senado Federal e quatro vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.
 2- Vaga destinada ao rodízio, nos termos do art. 10-A do Regimento Comum.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes

PRESIDÊNCIA DO PARLAMENTO

(para efeito de participação brasileira na AP-CPLP - parágrafo único do art. 5º da Resolução nº 2, de 2014-CN)

Presidente: Senador Renan Calheiros

Presidente da Mesa do Congresso Nacional

Vice-Presidente: Deputado Arlindo Chinaglia

Primeiro Vice-Presidente da Mesa do Congresso Nacional

COMISSÕES MISTAS ESPECIAIS

ATO DO PRESIDENTE DO CONGRESSO NACIONAL Nº 15, DE 2012

Constitui Comissão Mista Especial prevista no art. 3º da Emenda Constitucional nº 69, de 2012, destinada a elaborar, em sessenta dias, os projetos de lei necessários à adequação da legislação infraconstitucional quanto à transferência, da União para o Distrito Federal, das atribuições de organizar e manter a Defensoria Pública do Distrito Federal.

Presidente:
Vice-Presidente:
Relator:

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV)¹	
Vital do Rêgo (PMDB/PB) ⁵	1. Francisco Dornelles (PP/RJ) ⁵
Eunício Oliveira (PMDB/CE) ⁵	2. Garibaldi Alves (PMDB/RN) ^{5, 13}
Clésio Andrade (PMDB/MG) ⁵	3. ^{5 e 11}
Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PCdoB/PRB)¹	
Rodrigo Rollemberg (PSB/DF) ²	1. Pedro Taques (PDT/MT) ⁷
Cristovam Buarque (PDT/DF) ²	2. Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) ⁷
Paulo Paim (PT/RS) ^{2 e 7}	3. Eduardo Suplicy (PT/SP) ⁷
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM)	
Cyro Miranda (PSDB/GO) ²	1. ^{6 e 10}
Wilder Moraes (DEM/GO) ^{2 e 8}	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC)	
Alfredo Nascimento (PR/AM) ³	1. Eduardo Amorim (PSC/SE) ³
Gim (PTB/DF) ³	2. João Vicente Claudino (PTB/PI) ³
PSD⁴	
Sérgio Petecão (PSD/AC) ²	1. ^{2, 8, 9 e 12}

Notas:

- 1- Conforme Ofícios nºs 1.815 e 1.816, de 2012-SF, o Bloco Parlamentar da Maioria e o Bloco de Apoio ao Governo dispõem de mais uma vaga, que deve ser compartilhada, sendo uma de titular e uma de suplente.
- 2- Em 17-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Senadores Cyro Miranda, Clovis Fecury, Rodrigo Rollemberg, Cristovam Buarque, Pedro Taques e Sérgio Petecão para integrarem como titulares; e a Senadora Kátia Abreu para integrar, como suplente, nos termos dos Ofícios nºs 60, 34, 74 e 25, de 2012, das Lideranças dos respectivos partidos.
- 3- Em 19-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Senadores Alfredo Nascimento e Gim, como membros titulares, e os Senadores Eduardo Amorim e João Vicente Claudino, como membros suplentes, nos termos do Ofício nº 134/2012, do Bloco Parlamentar União e Força.
- 4- Vaga destinada ao rodízio, nos termos do art. 10-A do Regimento Comum do Congresso Nacional.
- 5- Em 20-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Senadores Vital do Rêgo, Eunício Oliveira e Clésio Andrade, como membros titulares, e os Senadores Francisco Dornelles, Garibaldi Alves e Tomás Correia, como membros suplentes, nos termos dos Ofício nº 306/2012, do Bloco Parlamentar da Maioria.
- 6- Em 25-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designado o Senador Wilder Moraes, como membro titular, em substituição ao Senador Clovis Fecury, e o Senador Clovis Fecury, como membro suplente, nos termos dos Ofício nº 50/2012, da Liderança do DEM.
- 7- Em 25-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designado o Senador Paulo Paim, como membro titular, em substituição ao Senador Pedro Taques, e os Senadores Pedro Taques, Antonio Carlos Valadares e Eduardo Suplicy, como membros suplentes, nos termos dos Ofício nº 120/2012, do Bloco de Apoio ao Governo.
- 8- Em 2-10-2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 121 dias, a partir de 2-10-2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 1º-10-2012.
- 9- Em 16-10-2012 (Sessão do Senado Federal), designa o Senador Marco Antônio Costa, como membro suplente, em substituição à Senadora Kátia Abreu, nos termos dos Ofício nº 59/2012, da Liderança do PSD no Senado Federal.
- 10- Vago em razão da reassunção do titular, Senador João Alberto Souza, em 5-11-2012.
- 11- Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15-11-2012.
- 12- Vago em virtude de o Senador Marco Antônio Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu, em 31-1-2013.
- 13- Em 26-3-2014, o Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, por 121 dias, a partir de 26-3-2014, conforme RQS nº 267/2014, deferido na sessão de 26-3-2014.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
	PT
	1.
	2.
	PMDB
Leandro Vilela (PMDB/GO) ¹	1. Geraldo Resende (PMDB/MS) ¹
Luiz Pitiman (PSDB/DF) ¹	2. Sandro Mabel (PMDB/GO) ¹
	PSDB
	1.
	PP
Roberto Britto (PP/BA) ¹	1. Toninho Pinheiro (PP/MG) ¹
	DEM
Augusto Coutinho (SD/PE) ¹	1. João Bittar (DEM/MG) ¹
	PR
	1.
	PSB
	1.
	PDT
	1.
	Bloco Parlamentar (PV / PPS)
Augusto Carvalho (SD/DF) ¹	1.
	PTB
	1.

Notas:

1- Em 14-11-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Deputados Leandro Vilela, Luiz Pitiman, Roberto Britto, Augusto Coutinho e Augusto Carvalho, para integrarem como titulares; e os Deputados Geraldo Resende, Sandro Mabel, Toninho Pinheiro e João Bittar para integrarem, como suplentes, nos termos do Ofício nº 2.066, de 2012, do Presidente da Câmara dos Deputados.

Coordenação de Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito - COCETI

Diretor: Dirceu Vieira Machado Filho
Telefone: (61) 3303-3490 / 3303-3514
E-mail: sscepi@senado.gov.br

ATO CONJUNTO Nº 1, DE 2013, DOS PRESIDENTES DO SENADO FEDERAL E DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Cria Comissão Mista destinada a elaborar, em sessenta dias, proposta de reforma do Regimento Comum do Congresso Nacional.

Presidente: Deputado Cândido Vaccarezza¹
Vice-Presidente: Senador Flexa Ribeiro¹
Relator: Senador Romero Jucá¹

Instalação: 12-3-2013¹

Prazo Final: 11-5-2013

Prazo Final Prorrogado: 11-7-2013²

Prazo Final Prorrogado: 9-9-2013³

Prazo Final Prorrogado: 23-12-2013⁴

Prazo Final Prorrogado: 22-12-2014⁵

Senado Federal	Câmara dos Deputados
Romero Jucá (PMDB/RR)	Cândido Vaccarezza (PT/SP)
Lobão Filho (PMDB/MA)	Osmar Serraglio (PMDB/PR)
Flexa Ribeiro (PSDB/PA)	Bruno Araújo (PSDB/PE)
Walter Pinheiro (PT/BA)	Mendonça Filho (DEM/PE)
Jorge Viana (PT/AC)	Júlio Delgado (PSB/MG)
Ana Amélia (PP/RS)	Jô Morais (PCdoB/MG)

Notas:

1- Comissão instalada em 12-3-2013, eleitos Presidente, Vice-Presidente e Relator, conforme Ofício nº 1/2013-CMRRC.

2- Nos termos no Ato Conjunto nº 3, de 13 de maio de 2013.

3- Nos termos no Ato Conjunto nº 6, de 16 de julho de 2013.

4- Nos termos no Ato Conjunto nº 8, de 9 de setembro de 2013.

5- Nos termos no Ato Conjunto nº 15-A, de 18 de dezembro de 2013.

Coordenação de Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito - COCETI

Diretor: Dirceu Vieira Machado Filho

Telefone: (61) 3303-3490 / 3303-3514

E-mail: sscepi@senado.gov.br

ATO CONJUNTO Nº 2, DE 2013, DOS PRESIDENTES DO SENADO FEDERAL E DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Cria Comissão Mista destinada a consolidar a legislação federal e a regulamentar dispositivos da Constituição Federal.

Presidente: Deputado Cândido Vaccarezza¹
Relator: Senador Romero Jucá²

Instalação: 2-4-2013²

Prazo Final: 30-9-2013⁴

Prazo Final Prorrogado: 23-12-2013⁶

Prazo Final Prorrogado: 22-12-2014¹³

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes⁷
Cândido Vaccarezza (PT/SP)	Reinaldo Azambuja (PSDB/MS) ⁹
Edinho Araújo (PMDB/SP)	Moreira Mendes (PSD/RO) ¹⁰
Eduardo Barbosa (PSDB/MG) ³	Esperidião Amin (PP/SC) ¹²
Sergio Zveiter (PSD/RJ)	Júlio Delgado (PSB/MG) ¹⁴
Arnaldo Jardim (PPS/SP)	Rodrigo Maia (DEM/RJ) ¹⁴
Miro Teixeira (PDT/RJ)	Antonio Britto (PTB/BA) ¹⁴
João Maia (PR/RN) ^{5 e 9}	Benedita da Silva (PT/RJ) ^{14 e 15}

Senado Federal

Titulares	Suplentes⁷
Romero Jucá (PMDB/RR)	Kátia Abreu (PMDB/TO) ^{7 e 8}
Vital do Rêgo (PMDB/PB)	Waldemir Moka (PMDB/MS) ⁷
Walter Pinheiro (PT/BA) ¹²	Ruben Figueiró (PSDB/MS) ¹¹
Pedro Taques (PDT/MT)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)	
Antônio Carlos Rodrigues (PR/SP)	
Ana Amélia (PP/RS) ^{5 e 7}	

Notas:

1 - Alínea "a" do inciso I do art. 2º do Ato Conjunto nº 2, de 2013.

2 - Comissão instalada em 2-4-2013, designado o Senador Romero Jucá como Relator, conforme Ofício nº 001, de 2013, da Presidência desta Comissão.

3 - Designado o Deputado Eduardo Barbosa, em substituição ao Deputado Carlos Sampaio, nos termos do Ato Conjunto nº 4, de 21 de maio de 2013.

4 - Prazo recontado em virtude do disposto no § 2º do art. 57 da Constituição Federal.

5 - Acrescentado um membro do Senado Federal e um membro da Câmara dos Deputados, nos termos do Ato Conjunto nº 7, de 2013.

6 - Nos termos do Ato Conjunto nº 9, de 26 de setembro de 2013.

7 - Nos termos do Ato Conjunto nº 10, de 26 de setembro de 2013, ficam criadas vagas de suplentes na Comissão Mista criada pelo Ato Conjunto nº 2, de 2013, bem como fica designada a Senadora Ana Amélia, como membro titular, em vaga existente, e, como membros suplentes, a Senadora Kátia Abreu e o Senador Waldemir Moka.

8- Em 8-10-2013, a Senadora Kátia Abreu desfilhou-se do Partido da Social Democrático- PSD, e filiou-se ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB, conforme Ofício nº 0800/2013 – GSKAAB.

9- Nos termos do Ato Conjunto nº 11, de 22 de outubro de 2013 (DSF 22-10-2013), ficam designados os Deputados João Maia, como membro titular, e Reinaldo Azambuja, como membro suplente.

- 10-** Nos termos do Ato Conjunto nº 12, de 5 de novembro de 2013 (DSF 6-11-2013), fica designado o Deputado Moreira Mendes, como membro suplente.
- 11-** Nos termos do Ato Conjunto nº 13, de 13 de novembro de 2013 (DSF 13-11-2013), fica designado o Senador Ruben Figueiró, como membro suplente.
- 12-** Nos termos do Ato Conjunto nº 14, de 3 de dezembro de 2013 (DSF 3-12-2013), ficam designados o Deputado Esperidião Amin, como membro suplente, e o Senador Walter Pinheiro, como membro titular, em substituição ao Senador Jorge Viana.
- 13 -** Nos termos do Ato Conjunto nº 15-B, de 18 de dezembro de 2013.
- 14 -** Nos termos do Ato Conjunto nº 2, de 11 de março de 2014.
- 15-** Nos termos do Ato Conjunto nº 3, de 30 de abril de 2014 (DSF 1º-5-2014), fica designada a Deputada Benedita da Silva, como membro suplente, em substituição ao Deputado Geraldo Simões.

Coordenação de Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito - COCETI

Diretor: Dirceu Vieira Machado Filho
Telefone: (61) 3303-3490 / 3303-3514
E-mail: sscepi@senado.gov.br

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO

(Requerimento nº 2, de 2014-CN)

Finalidade: Investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA); ao lançamento de plataformas inacabadas; ao pagamento de propina a funcionário da estatal; e ao superfaturamento na construção de refinarias.

Número de membros: 15 Senadores e 15 Deputados ^{1 e 2}

- **Leitura:** 15-4-2014
- **Designação da Comissão:**
- **Instalação da Comissão:**
- **Prazo final da Comissão:**

Notas:

- 1- Duas vagas acrescidas ao Senado Federal e duas vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.
2- Será acrescida mais uma vaga , nos termos do art. 10-A do Regimento Comum.

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO

(Requerimento nº 3, de 2014-CN)

Finalidade: Investigar as denúncias de prática de corrupção, desvio de recursos públicos, fraude em licitação, lavagem de dinheiro, remessa ilegal de valores ao exterior e formação de cartel em atos e contratos realizados por entidades da administração pública direta e indireta, relacionados à aquisição da Refinaria de Pasadena no Texas (EUA); aos contratos entre a Petrobras e a empresa holandesa “SMB Offshore”; ao lançamento de plataformas inacabadas; ao superfaturamento na construção de refinarias; às atividades da Petrobras e do Porto de Suape para viabilizar a construção e a operação da Refinaria Abreu e Lima em Pernambuco; aos contratos para aquisição, manutenção e operação de trens, metrôs e sistemas auxiliares, em SP e no DF, que envolvam as empresas referidas no acordo de leniência firmado pela Siemens; e aos convênios e contratos, firmados por órgãos e entidades estaduais e municipais, para aquisição de equipamentos e desenvolvimento de projetos na área de tecnologia da informação e utilizando recursos da União.

Número de membros: 15 Senadores e 15 Deputados^{1 e 2}

- **Leitura:** 15-4-2014
- **Designação da Comissão:**
- **Instalação da Comissão:**
- **Prazo final da Comissão:**

Notas:

1- Duas vagas acrescida ao Senado Federal e duas vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.
2- Será acrescida mais uma vaga , nos termos do art. 10-A do Regimento Comum.

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO

(Requerimento nº 4, de 2014-CN)

Finalidade: destinada a investigar os fatos referentes à formação de cartel, corrupção de autoridades e outros ilícitos nos contratos, licitações, execução de obras e manutenção de linhas de trens e metrôs no estado de São Paulo e no Distrito Federal, com o uso de recursos federais e em prejuízo na prestação do serviço público de transporte.

Número de membros: 13 Senadores e 13 Deputados^{1 e 2}

- **Leitura:** 7-5-2014
- **Designação da Comissão:**
- **Instalação da Comissão:**
- **Prazo final da Comissão:**

Notas:

1- Duas vagas acrescidas ao Senado Federal e duas vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.
2- Será acrescida mais uma vaga , nos termos do art. 10-A do Regimento Comum.

CONSELHOS E ÓRGÃO

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70/1972)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato nº 1/1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal

Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
PRESIDENTE Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)	PRESIDENTE Renan Calheiros (PMDB-AL)
1º VICE-PRESIDENTE (vago)	1ª VICE-PRESIDENTE Jorge Viana (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE Fábio Faria (PSD-RN)	2º VICE-PRESIDENTE Romero Jucá (PMDB-RR)
1º SECRETÁRIO Marcio Bittar (PSDB-AC)	1º SECRETÁRIO Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
2º SECRETÁRIO Simão Sessim (PP-RJ)	2º SECRETÁRIO Angela Portela (PT-RR)
3º SECRETÁRIO Maurício Quintella Lessa (PR-AL)	3º SECRETÁRIO Ciro Nogueira (PP-PI)
4º SECRETÁRIO Biffi (PT/MS)	4º SECRETÁRIO João Vicente Claudino (PTB-PI)
LÍDER DA MAIORIA Vicentinho (PT/SP)	LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA Eunício Oliveira (PMDB-CE)
LÍDER DA MINORIA Domingos Sávio (PSDB-MG)	LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR MINORIA Wilder Morais (PSDB-PA)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA Vicente Cândido (PT/SP)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Vital do Rêgo (PMDB-PB)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL Eduardo Barbosa (PSDB/MG)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Ricardo Ferraço (PMDB-ES)

(atualizada em 25.03.2013)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3303-4561 e 3303-5258
scop@senado.gov.br

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL(13 titulares e 13 suplentes)¹(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)Presidente: **DOM ORANI JOÃO TEMPESTA²**Vice-Presidente: **FERNANDO CESAR MESQUITA²**

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	WALTER VIEIRA CENEVIVA	DANIEL PIMENTEL SLAVIERO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	GILBERTO CARLOS LEIFERT	MÁRCIO NOVAES
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	ALEXANDRE KRUEL JOBIM	LOURIVAL SANTOS
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)	ROBERTO FRANCO	LILIANA NAKONECHNYJ
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	CELSO AUGUSTO SCHRÖDER	MARIA JOSÉ BRAGA
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	JOSÉ CATARINO NASCIMENTO	VAGO³
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	JORGE COUTINHO	MÁRIO MARCELO
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	LUIZ ANTONIO GERACE DA ROCHA E SILVA	PEDRO PABLO LAZZARINI
Representante da sociedade civil (inciso IX)	MIGUEL ANGELO CANÇADO	WRANA PANIZZI
Representante da sociedade civil (inciso IX)	DOM ORANI JOÃO TEMPESTA	PEDRO ROGÉRIO COUTO MOREIRA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	RONALDO LEMOS	VAGO⁴
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOÃO MONTEIRO FILHO	VICTOR JOSÉ CIBELLI CASTIEL (ZÉ VICTOR CASTIEL)
Representante da sociedade civil (inciso IX)	FERNANDO CESAR MESQUITA	LEONARDO PETRELLI

Atualizada em 13.03.2013

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 05.06.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

3ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 17.07.2012

Notas:

1- Conselheiros eleitos para a 3ª Composição tomaram posse em 08.08.2012.

2- Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 08.08.2012.

3- Vago em virtude do falecimento do Conselheiro Suplente Eurípedes Corrêa Conceição, ocorrido em 13.02.2013.

4- Vago em virtude de o Conselheiro João Luiz Silva Ferreira ter renunciado ao cargo de suplente, conforme expediente datado de 26.02.2013, publicado no Diário do Senado Federal em 13.03.2013.

SECRETARIA GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefones: 3303-4561 e 3303-5258

ssccn@senado.gov.br

www.senado.gov.br/ccs

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES TEMÁTICAS

Aprovada na 3ª Reunião do CCS, realizada em 06.05.2013

I. COMISSÃO DE MARCO LEGAL E REGULATÓRIO DO SETOR DAS COMUNICAÇÕES

Coordenador: Miguel Angelo Cançado.

1. Walter Vieira Ceneviva (Representante das empresas de rádio)
2. Daniel Pimentel Slaviero (Representante das empresas de rádio)
3. Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
4. Márcio Novaes (Representante das empresas de televisão)
5. Alexandre Kruel Jobim (Representante das empresas de imprensa escrita)
6. Lourival Santos (Representante das empresas de imprensa escrita)
7. Roberto Franco (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
8. Liliana Nakonechnyj (Engenheira com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
9. Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
10. José Catarino do Nascimento (Representante da categoria profissional dos radialistas)
11. Luiz Antonio Gerace (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
12. Miguel Angelo Cançado (Representante da sociedade civil)
13. Ronaldo Lemos (Representante da sociedade civil)
14. João Monteiro Filho (Representante da sociedade civil)
15. Fernando Cesar Mesquita (Representante da sociedade civil)
16. Pedro Rogério Couto Moreira (Representante da sociedade civil)

II. COMISSÃO DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Coordenador: Ronaldo Lemos.

1. Walter Vieira Ceneviva (Representante das empresas de rádio)
2. Daniel Pimentel Slaviero (Representante das empresas de rádio)
3. Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
4. Márcio Novaes (Representante das empresas de televisão)
5. Alexandre Kruel Jobim (Representante das empresas de imprensa escrita)
6. Lourival Santos (Representante das empresas de imprensa escrita)
7. Roberto Franco (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
8. Liliana Nakonechnyj (Engenheira com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
9. Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
10. José Catarino do Nascimento (Representante da categoria profissional dos radialistas)
11. Luiz Antonio Gerace (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
12. Ronaldo Lemos (Representante da sociedade civil)
13. João Monteiro Filho (Representante da sociedade civil)
14. Fernando Cesar Mesquita (Representante da sociedade civil)
15. Pedro Rogério Couto Moreira (Representante da sociedade civil)

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

III. COMISSÃO DE CONTEÚDOS EM MEIOS DE COMUNICAÇÃO

Coordenador: José Catarino do Nascimento.

1. Walter Vieira Ceneviva (Representante das empresas de rádio)
2. Daniel Pimentel Slaviero (Representante das empresas de rádio)
3. Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
4. Márcio Novaes (Representante das empresas de televisão)
5. Alexandre Kruel Jobim (Representante das empresas de imprensa escrita)
6. Lourival Santos (Representante das empresas de imprensa escrita)
7. Roberto Franco (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
8. Liliana Nakonechnyj (Engenheira com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
9. Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
10. Maria José Braga (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
11. José Catarino do Nascimento (Representante da categoria profissional dos radialistas)
12. Jorge Coutinho (Representante da categoria profissional dos artistas)
13. Luiz Antonio Gerace (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
14. Miguel Angelo Cançado (Representante da sociedade civil)
15. Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
16. Ronaldo Lemos (Representante da sociedade civil)
17. João Monteiro Filho (Representante da sociedade civil)
18. Fernando Cesar Mesquita (Representante da sociedade civil)
19. Wrana Panizzi (Representante da sociedade civil)
20. Pedro Rogério Couto Moreira (Representante da sociedade civil)

IV. COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Coordenador: Alexandre Kruel Jobim.

1. Walter Vieira Ceneviva (Representante das empresas de rádio)
2. Daniel Pimentel Slaviero (Representante das empresas de rádio)
3. Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
4. Márcio Novaes (Representante das empresas de televisão)
5. Alexandre Kruel Jobim (Representante das empresas de imprensa escrita)
6. Lourival Santos (Representante das empresas de imprensa escrita)
7. Roberto Franco (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
8. Liliana Nakonechnyj (Engenheira com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
9. José Catarino do Nascimento (Representante da categoria profissional dos radialistas)
10. Jorge Coutinho (Representante da categoria profissional dos artistas)
11. Luiz Antonio Gerace (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
12. Ronaldo Lemos (Representante da sociedade civil)
13. João Monteiro Filho (Representante da sociedade civil)
14. Fernando Cesar Mesquita (Representante da sociedade civil)
15. Maria José Braga (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
16. Wrana Panizzi (Representante da sociedade civil)
17. Pedro Rogério Couto Moreira (Representante da sociedade civil)

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

V. COMISSÃO DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA

Coordenador: Gilberto Carlos Leifert.

1. Walter Vieira Ceneviva (Representante das empresas de rádio)
2. Daniel Pimentel Slaviero (Representante das empresas de rádio)
3. Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
4. Márcio Novaes (Representante das empresas de televisão)
5. Alexandre Kruel Jobim (Representante das empresas de imprensa escrita)
6. Lourival Santos (Representante das empresas de imprensa escrita)
7. Roberto Franco (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
8. Liliana Nakonechnyj (Engenheira com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
9. José Catarino do Nascimento (Representante da categoria profissional dos radialistas)
10. Jorge Coutinho (Representante da categoria profissional dos artistas)
11. Miguel Angelo Cançado (Representante da sociedade civil)
12. Ronaldo Lemos (Representante da sociedade civil)
13. João Monteiro Filho (Representante da sociedade civil)
14. Fernando Cesar Mesquita (Representante da sociedade civil)
15. Maria José Braga (Representante da sociedade civil)
16. Pedro Rogério Couto Moreira (Representante da sociedade civil)

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

Resolução nº 1/2011-CN

COMPOSIÇÃO¹**37 Titulares (27 Deputados e 10 Senadores) e 37 Suplentes (27 Deputados e 10 Senadores)****Presidente:** Deputado Newton Lima²**Vice-Presidente:** Senador Paulo Bauer²**Vice-Presidente:** Deputado Renato Molling²**Designação:** 07.05.2013**DEPUTADOS**

TITULARES	SUPLENTES
PT	
BENEDITA DA SILVA	BOHN GASS
DR. ROSINHA	JANETE PIETÀ ¹³
IARA BERNARDI ¹⁴	MÁRCIO MACÊDO
NEWTON LIMA	TAUMATURGO LIMA
PMDB	
ANDRÉ ZACHAROW	LELO COIMBRA
ÍRIS DE ARAÚJO	OSMAR SERRAGLIO
MARÇAL FILHO	RONALDO BENEDET
RAUL HENRY	VALDIR COLATTO
PSDB	
ANTONIO CARLOS MENDES THAME	CARLOS SAMPAIO ^{3;10}
Vago ¹²	
Vago ⁴	
PSD	
GERALDO THADEU	ATILA LINS
HUGO NAPOLEÃO	DR. LUIZ FERNANDO
RAUL LIMA	ELEUSES PAIVA
PP	
DILCEU SPERAFICO	LUIS CARLOS HEINZE
RENATO MOLLING	RENATO ANDRADE
PR	
WELLINGTON FAGUNDES	HENRIQUE OLIVEIRA
PSB	
JOSÉ STÉDILE	BETO ALBUQUERQUE
PAULO FOLETT ⁵	LEOPOLDO MEYER
DEM	
JÚLIO CAMPOS	
PDT	
VIEIRA DA CUNHA	SEBASTIÃO BALA ROCHA
PTB	
PAES LANDIN	JORGE CORTE REAL
BLOCO PV, PPS	
ROBERTO FREIRE	ANTÔNIO ROBERTO
PSC	
NELSON PADOVANI	TAKAYAMA
PC DO B	
JOÃO ANANIAS	CHICO LOPES
PRB	
GEORGE HILTON	VITOR PAULO
PtdoB	
LUIS TIBÉ	

Senadores

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PSD / PV)	
PEDRO SIMON	CASILDO MALDANER
ROBERTO REQUIÃO	VALDIR RAUPP
ANA AMÉLIA	GIM ⁸
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PDT / PCdoB / PRB)	
EDUARDO SUPLICY	ACIR GURGACZ ⁵
PAULO PAIM	INÁCIO ARRUDA
ANTONIO CARLOS VALADARES ⁶	HUMBERTO COSTA
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)	
PAULO BAUER	CÁSSIO CUNHA LIMA
WILDER MORAIS	JAYME CAMPOS ⁷
Bloco Parlamentar União e Força (PTB / PR / PSC / PPL)	
MOZARILDO CAVALCANTI ¹¹	FERNANDO COLLOR
LUIZ HENRIQUE ⁹	EDUARDO AMORIM

(Atualizada em 11.4.2014)

Notas:

- 1- Designados pelo Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 25, de 07.05.2013.
- 2-- Eleitos na reunião realizada em 21.05.2013.
- 3-- Designado pelo Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 29, de 23.05.2013.
- 4- Vago em virtude do o Deputado Luiz Carlos Hauly ter comunicado o seu afastamento, conforme Of. GAB nº 018/2013.
- 5- Designados pelo Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 33, de 03.06.2013.
- 6- Em 03.04.2014, o Deputado Paulo Foletto foi designado para ocupar a vaga de membro titular do PSB, nos termos do Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 15, de 2014, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
- 7- O Senador Jayme Campos licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 132 dias, a partir de 13.09.2013, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na sessão do Senado Federal de 10.09.2013.
- 8- O Senador Gim foi designado para ocupar a vaga de suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV), em 26.09.2013, nos termos dos Ofícios GLPMDB nº's 260 e 265/2013, e Of. nº 168/2013-BLUFOR, lidos na sessão do Senado Federal da mesma data.
- 9- O Senador Luiz Henrique foi designado para ocupar a vaga de titular do Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PPL), em 26.09.2013, nos termos dos Ofícios. nº's 167/2013-BLUFOR e Of. GLPMDB nº 266/2013, lidos na sessão do Senado Federal da mesma data.
- 10- Designado pelo Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 58, de 07.11.2013, para ocupar a vaga de membro suplente do Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB, em substituição ao Deputado Urzeni Rocha, nos termos do Of.º 948/2013/PSDB, datado de 24.09.2013.
- 11- Designado pelo Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 2, de 19.02.2014, para ocupar a vaga de membro titular do Bloco Parlamentar União e Força no Senado Federal, em substituição ao Senador Alfredo Nascimento, de acordo com anuência expressa de S. Ex^a apostila no Ofício nº 002/2014-BLUFOR.
- 12- Vago em virtude do recebimento do Ofício nº 227, de 2014, do Presidente da Câmara dos Deputados, lido na Sessão do Senado Federal de 26.02.2014, comunicando a declaração de renúncia ao mandato de Deputado Federal do Senhor Eduardo Azeredo.
- 13- A Deputada Janete Pietá foi designada para ocupar a vaga de suplente do Partido dos Trabalhadores, conforme Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 17, de 2014, lido na sessão do Senado Federal de 30.04.2014.
- 14- A Deputada Iara Bernardi foi designada para ocupar a vaga de membro titular do Partido dos Trabalhadores, em substituição ao Deputado Fernando Marroni, que deixou o exercício do mandato, conforme Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 16, de 2014, lido na sessão do Senado Federal de 15.04.2014.

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul



**PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL PREÇO DAS ASSINATURAS

SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - s/o porte (cada)	R\$ 58,00
Porte do Correio	R\$ 488,40
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - c/o porte (cada)	R\$ 546,40

ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - s/o porte (cada)	R\$ 116,00
Porte do Correio	R\$ 976,80
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - c/o porte (cada)	R\$ 1.092,80

NÚMEROS AVULSOS

Valor do Número Avulso	R\$ 0,50
Porte Avulso	R\$ 3,70

ORDEM BANCÁRIA

UG - 020054

GESTÃO - 00001

EMISSÃO DE GRU PELO SIAFI

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho a favor do FUNSEN
cópia da Guia de Recolhimento da União - GRU, que poderá ser retirada no
<http://www.tesouro.fazenda.gov.br> código de recolhimento apropriado e o
de referência: 20815-9 e 00002 e o código da Unidade favorecida – UG/gestão:
00001 preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de
ras pretendidas e enviar a esta Secretaria.

Para Órgãos Públicos integrantes do SIAFI, deverá ser seguida a rotina acima
EMISSÃO DE GRU SIAFI.

**OBS.: QUANDO HOUVER OPÇÃO DE ASSINATURA CONJUNTA DOS DIÁRIOS
SENADO E CÂMARA O DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL SERÁ
FORNECIDO GRATUITAMENTE.**

Maiores informações pelos telefones: **(0XX-61) 3303-3803/4361, fax:3303-1053**
Serviço de Administração Econômica Financeira / Controle de Assinaturas, falar com Mourão.

**SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV .Nº2 S/N – CEP : 70.165-900 BRASÍLIA-DF**

CNPJ: 00.530.279/0005-49

**Edição de hoje: 60 páginas
(O.S. 12577/2014)**

Secretaria de Editoração
e Publicações – SEGRAF

**SENADO
FEDERAL**

